

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 16-4-
2018.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 002/18 (Processo nº 0233/18), de autoria de Moisés Barboza. A seguir, o Presidente informou que, durante a Primeira Sessão Especial, no dia doze de abril do corrente, foi apregoado Requerimento de autoria de Felipe Lava Jato, solicitando a alteração de seu nome parlamentar para Felipe Camozzato. Também, por solicitação de Cassiá Carpes, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ricardo Vidarte. Na oportunidade, o Presidente registrou o transcurso do aniversário de André Carús. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Everton Luís Deiques, Delegado Regional no Rio Grande do Sul da Federação Internacional de Educação Física, que se pronunciou acerca do trabalho desenvolvido pelos Professores de Educação Física Sem Fronteiras no Brasil e no Rio Grande do Sul. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Elizandro Sabino, João Bosco Vaz, Tarciso Flecha Negra, José Freitas e Cassiá Carpes manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército, nos termos do Requerimento nº 002/18 (Processo nº 0028/18), de autoria de Mônica Leal. Compuseram a Mesa: Valter Nagelstein, Presidente; Edson Leal Pujol, Comandante Militar do Sul; Geraldo Antonio Miotto, futuro Comandante Militar do Sul; Márcio Velosso Guimarães, Comandante da 3ª Região Militar; Amaury Marcial Gomes Júnior, Comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre. A seguir, foi ouvido o Hino Nacional, executado pela Fanfara do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, sob a regência de Edson Jair de Braga. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, como proponente, Dr. Thiago e Moisés Barboza. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Edson Leal Pujol, que se pronunciou acerca da presente

solenidade. A seguir, foram ouvidos a Canção do Exército e o Hino Rio-Grandense, executados pela Fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, sob a regência de Edson Jair de Braga. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e cinco minutos às dezesseis horas e cinco minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Alvoni Medina, Mendes Ribeiro e Sofia Cavedon. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Elizandro Sabino, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Tarciso Flecha Negra, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia dezesseis de abril do corrente. Às dezesseis horas e vinte e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/17 (Processo nº 1478/17), por quinze votos SIM, onze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, considerando-se mantido o Veto Parcial oposto, após ser discutido por André Carús, Moisés Barboza, Adeli Sell, Ricardo Gomes, Sofia Cavedon e Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein, votado Não Alvoni Medina, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Em prosseguimento, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por André Carús. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/17 (Processo nº 0823/17), por quinze votos SIM e onze votos NÃO, considerando-se mantido o Veto Total oposto, após ser discutido por Adeli Sell, Moisés Barboza e Alvoni Medina, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Aírto Ferronato, Dr. Goulart, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert e Ricardo Gomes. Às dezessete horas e trinta minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Prof. Alex Fraga, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 314, 321, 368, 369, 370, 371 e 372/17 e 023 e 026/18 e o Projeto de Resolução nº 068/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 331 e 367/17. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Ricardo Gomes, Adeli Sell, Sofia Cavedon, Moisés Barboza e Ricardo Gomes. Durante a Sessão, foi registrada a presença de Maurício Dziedricki, deputado estadual. Às dezoito horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Informo que, durante a 001ª Sessão Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da XVII Legislatura, o Ver. Felipe Lava Jato apresentou documento solicitando a alteração de seu nome parlamentar para Felipe Camozzato, a contar da referida data.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ricardo Vidarte, jornalista. É uma grande perda para o jornalismo do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): No dia de hoje, de forma muito prematura, o jornalista esportivo Ricardo Vidarte nos deixou, vítima de um infarto do miocárdio. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Antes de dar prosseguimento, quero publicamente registrar o aniversário do Ver. André Carús e me desculpar pela impossibilidade da minha presença, mas receba os nossos cumprimentos. Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Federação Internacional de Educação Física, que tratará de assunto relativo ao trabalho desenvolvido pelos Professores de Educação Física sem Fronteiras no Brasil e no Rio Grande do Sul. O Sr. Everton Luís Deiques, Professor e Delegado Regional/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. EVERTON LUÍS DEIQUES: Boa tarde a todos os presentes, cumprimentando o ilustríssimo Sr. Presidente da Câmara, Ver. Valter Nagelstein, cumprimento a todos; cumprimentando a minha esposa aqui presente, cumprimento a todas as mulheres presentes.

E assim começo a descrever o trabalho que a Federação Internacional de Educação Física vem realizando aqui no Rio Grande do Sul.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

SR. EVERTON LUÍS DEIQUES: A FIEP está completando quase cem anos de história. Um trabalho realizado em 136 países, um trabalho voluntário dos profissionais de Educação Física, os quais são chamados de delegados.

Eu sou natural de Santa Maria, sou formado pela Ulbra/Canoas como Bacharel em Licenciatura, com duas pós-graduações na UFRGS e mestrado no IPA. Estou agora como o atual delegado aqui do Rio Grande do Sul. A FIEP nada mais é do

a sigla de uma palavra francesa, pois tudo surgiu na Bélgica, e nós tivemos um grupo de brasileiros que foi conhecer o que era a FIEP, o que estavam organizando no outro lado do mundo. Nesse grupo de brasileiros, nós tivemos a honra de ter o Prof. Jacintho Targa, que foi o nosso pioneiro, que está representado aqui pela sua filha, a Sra. Vera Targa. Muito obrigado pela sua participação, por estar aqui presente, por estar nos apoiando. O Prof. Targa foi o inovador da FIEP aqui no Brasil e no Rio Grande do Sul, onde teve um grande trabalho realizado por 35 anos como delegado. Depois do Prof. Targa, nós tivemos o Prof. Remo John, que, por cinco anos, executou um trabalho na APAE, em Torres. Depois do Prof. Remo John, o terceiro delegado, foi o Prof. Vilson Bagatini, que neste ato solene está representado por sua irmã, a Sra. Eleni. Na nossa atual gestão, eu estou como quarto delegado dessa história, já são três anos e as nossas ações, até o momento, foram os nossos divulgadores, que antigamente não existiam. Nós espalhamos divulgadores por todo Estado. Também realizamos o Seminário da Bola, com o objetivo de levar o profissional de Educação Física do futebol e do futsal pelo interior do Estado, capacitando e atualizando profissionais e acadêmicos de Educação Física. O nosso *workshop*, que é coordenado pela nossa delegada adjunta, Nara Martins Lopes, divulgadora, e pelo Diego Vassoreli e pelo Mike Júnior. O nosso projeto Sem Fronteiras, que eu vou relatar para vocês em seguida. Estamos trabalhando numa lei estadual, através do Deputado Estadual Maurício Dziedricki - já existe uma lei municipal, de autoria do Prof. Garcia, a Lei nº 11.496, do dia 29.10.2013, que estabelece o dia 20 de abril como o Dia do Prof. de Educação Física Sem Fronteiras. Temos as nossas excursões para o maior Congresso Internacional de Educação Física, que ocorre em Foz do Iguaçu, organizado pelos divulgadores Vera Moraes, Fernanda Côco, Anderson e Paulo Lopes. Hoje a família Targa está produzindo o nosso *site*. Aqui estão os componentes da nossa delegacia: o Prof. Paulo Lopes; a Prof.^a Nara Martins Lopes; a Prof.^a Dalié Morales; o Prof. Luis Augusto Schwan e o Prof. Clery Quinhones. O Presidente Mundial da Educação Física coordena 136 países, e hoje nós temos 33 divulgadores espalhados em 21 cidades Rio Grande do Sul. Esses são profissionais ou acadêmicos, são nosso braço direito, membros da Federação Internacional de Educação Física. Aqui algumas poses (Mostra fotografia.), festas e eventos da Federação onde os divulgadores e atuais delegados vão sendo homenageados. A nossa logomarca aqui no Rio Grande do Sul – FIEP, da Federação. O nosso objetivo é promover ações na região, no País e no mundo, estamos sempre fomentando pesquisa, temos um boletim FIEP que vai para 136 países, e é escrito em quatro línguas – português, inglês, francês e espanhol. Nós apoiamos o CREF, que está aqui hoje com a gente, através da Prof.^a Carmen Masson e do Prof. Lauro Aguiar. Nosso Seminário da Bola, o primeiro realizado com o técnico de futebol Julinho Camargo, foi em Santo Ângelo. Os nossos *workshops*, coordenados pela delegada adjunta Nara Martins Lopes, em que o I e o II foram realizados em Canoas; o III foi realizado na Sogipa, com a intervenção dos colegas do Uruguai; o IV *workshop* foi no Município de Guaíba; o V foi realizado no Partenon Tênis Club, e agora o VI será no Município de Butiá, com a presença do vencedor da Dança dos Famosos, Professor de educação física Marcelo Laranjeira.

Quanto ao Professor de Educação Física Sem Fronteiras, é um projeto com quase 11 anos de história, onde os profissionais de educação física pagam suas passagens, pagam sua alimentação, sua hospedagem - quando não ganham -, para chegar do outro lado do mundo, do oceano, do Estado, do País ou da Cidade, para ministrar cursos voluntariamente. Então, esse projeto começou através do Prof. Vilson Bagatini, e do Presidente Mundial da Educação Física, Prof. Almir Gruhn. Já houve homenagem para eles no Senado, mas também em quase todos os Estados do Brasil. Neste ano, comemoramos 10 anos do Sem Fronteiras. Aqui no Rio Grande do Sul havia essa necessidade, pois são quase 50 escolas de educação física no Estado. Então, montamos um grupo e hoje somos em torno de 12 profissionais. Começamos em Carazinho, em novembro de 2015; o II Intercâmbio foi na UPF, em Passo Fundo, onde conseguimos levar seis profissionais para ministrar cursos. O III Intercâmbio foi em Frederico Westphalen, onde fomos muito bem recebidos pela coordenação da URI, a nossa divulgadora, Profª Vera Moraes. O IV Intercâmbio foi em Gravataí, na ULBRA, onde fomos recebidos pelas coordenadoras Simone e Aline Fofonka. O V Intercâmbio foi em Montenegro, onde atingimos o público estimado de alunos. O VI intercâmbio na Ulbra, em Guaíba, foi no ano passado, setembro de 2017. Observem que cada profissional está ali com o seu *banner*, a sua bandeira, o seu uniforme, isso tudo esses profissionais compram para estar lá ministrando curso voluntariamente.

O VII Intercâmbio foi agora, nesse final de semana, através da Prefeitura de Canoas, à qual nós agradecemos muito pela participação, e já estamos nos organizando para o oitavo intercâmbio, que vai ser na Ulbra/Canoas. Nós já temos dez edições marcadas. Esses profissionais aí que levam as suas experiências... Eu agora mesmo estava comentando com um colega como é passar isso para o acadêmico, passar para o profissional. Eu devolvi a pergunta: “Mas será que a gente não aprende com eles também? ”. Porque, no momento em que a gente vai levar a experiência que nós temos, quantas oportunidades nós estamos tendo de aprender com o acadêmico, com o profissional.

O grupo também já passou por Marrocos, por Lisboa; no ano passado, esteve presente um grupo do Brasil; Espanha, Portugal, já tivemos a honra de estarmos lá ministrando curso também pela nossa Federação Internacional de Educação Física.

Aqui estão os Professores de Educação Física Sem Fronteiras, a quem eu peço para levantar, e solicito uma salva de palmas de todos os senhores. (Palmas.) Esses professores, no início, conforme o Professor Vilson Bagatini, nosso Delegado de Honra, eram um bando de loucos. Hoje, são um bando de heróis. Porque sair de casa, deixar a família, deixar os filhos para ministrar cursos gratuitamente é amar a educação física. Por isso esse projeto dá certo. Eu quero agradecer a cada um de vocês que apostaram na ideia por estarem aqui presentes, desenvolvendo cada vez mais a educação física.

Nós temos um congresso internacional em Foz do Iguaçu, que é o maior congresso do mundo, para onde estão saindo três excursões, todos estão convidados a participar.

Aqui está a nossa família FIEP/RS. Nós temos um lema de união, de grupo, e a gente sabe que, no individualismo, a gente pode ganhar um jogo, mas, no grupo, na

união, a gente ganha o campeonato. É assim que a gente vive, é assim que a gente vai. A gente precisa do apoio de todos, assim como a Federação Gaúcha de Jogos Adaptados, que está aqui presente; nosso Deputado Estadual Maurício Dziedricki, Ver. João Bosco Vaz, assim como outros colegas, amigos e Vereadores que nos ajudam. Deixo os nossos contatos, quem quiser se comunicar conosco, quiser que o Sem Fronteiras vá até o seu Município, até a sua cidade, a gente estará presente. Nosso muito obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Convido o Sr. Everton Luís Deiques a fazer parte da Mesa. Muito obrigado, meus cumprimentos ao Prof. Everton Luís Deiques, em nome desta Presidência. Realmente, não é fácil fazer qualquer trabalho voluntário no nosso País, é uma dificuldade muito grande, e essa é uma das coisas que nós temos que estimular e esculpir no espírito do brasileiro. Esperamos que o seu exemplo e o exemplo dos professores da Federação Internacional de Educação Física, dos Professores de Educação Física Sem Fronteiras, frutifique.

Comunico a presença do Deputado Maurício Dziedricki, a quem convido a compor a Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Valter; Sr. Everton; Deputado Maurício, uma saudação especialíssima a V. Exa. que tem tratado deste tema, e outra especialíssima ao colega Ver. João Bosco Vaz. Em nome da nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, com o Líder Ver. Oliboni, e a Ver.^a Sofia que, inclusive, é professora de educação física, só queremos dizer o seguinte: vida longa à Federação, continuem neste trabalho. Viva o voluntarismo. Parabéns, Deputado Maurício e Vereador Bosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Adeli. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB): Sr. Presidente, Ver. Valter, em nome da bancada do PTB, Ver. Cassio Trogildo, nosso Líder, e dos Vereadores Paulo Brum e Dr. Goulart, também queremos nos associar a este momento, deixando aqui a nossa palavra de parabenização à Federação Internacional de Educação Física e ao Prof. Everton, pela fala muito pontual, muito objetiva. Ao mesmo tempo, Everton, na explanação aqui, através dos *slides*, é possível ver toda a relação que a Federação tem desenvolvido no Estado do Rio Grande do Sul. E aqui, com os teus companheiros, companheiras, professores, nós, realmente, destacamos essa inserção, esse trabalho com

33 divulgadores, em mais de 21 cidades. Isso é algo realmente importante no que diz respeito a este tema, que é a Educação Física. Parabenizar o Ver. João Bosco Vaz, proponente deste momento da Tribuna Popular, e dizer que o Ver. João Bosco tem no seu DNA esse tema, que é o tema da Educação Física, o tema do esporte. Isso é muito importante também para salvarmos crianças e adolescentes, para garantirmos um futuro melhor para as próximas gerações. Além disso, também destacar a presença, Presidente, do ex-Vereador desta Casa, Deputado Estadual Maurício Dziedricki, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Obesidade Infantil, e também o proponente do Dia Estadual do Professor de Educação Física Sem Fronteiras. Desta sorte, não apenas no campo municipal, mas também no campo estadual, este tema tem sido extremamente embasado no que diz respeito aos legislativos. Fica aqui, mais vez, em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro desta Casa, os nossos parabéns pelo lindo e relevante trabalho que vocês têm desempenhado, não só na Capital, mas em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Elizandro Sabino. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente; Deputado Maurício; Everton Deiques, há muito tempo que eu convivo com os senhores, conheço o trabalho que a FIEP desenvolve, conheço o trabalho que os Professores de Educação Física Sem Fronteiras também desenvolvem. Então, eu achei muito necessário e oportuno que vocês pudessem ocupar essa Tribuna Popular para reverberar para a comunidade porto-alegrense e do Estado o que a FIEP e o que os Professores de Educação Física Sem Fronteiras realizam. Não posso deixar aqui, Sr. Presidente, de lembrar e saudar o sempre Ver. Professor Garcia, Vereador que presidiu a APEF, trabalhou muito para a criação do CREF, do Conselho Federal, e que hoje, graças a Deus, se recupera de uma doença. Também quero saudar o Prof. Vilson Bagatini, que graças a Deus, também está se recuperando bem e que foi um dos grandes incentivadores e batalhadores desse trabalho que a FIEP faz. Muito obrigado por terem vindo, parabéns a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar aqui o Everton pelo seu belíssimo trabalho; também

cumprimento o nosso Deputado Estadual Maurício Dziedricki, por quem tenho uma amizade muito grande também; e cumprimentar a todos que fazem esse trabalho. Há 16 anos, eu fiz um pouco desse trabalho na Secretaria de Esporte, com o Ver. João Bosco Vaz, a quem também cumprimento por esse belíssimo trabalho, por essas coisas maravilhosas. Vocês mostram para o País o que aconteceu comigo: aos 10 anos fui para o Rio de Janeiro e ingressei no esporte, e estou aqui até hoje no esporte, só que por um outro caminho. Então, eu quero dizer bem claro aqui a todos, principalmente aos nossos governantes, que a educação, o esporte e a cultura é que fazem um país ser de primeiro mundo, sem esses três itens é difícil ter um país de primeiro mundo: sem violência, com cidadãos equilibrados.

Então, cumprimento o trabalho de vocês com a educação física. Eu quero cumprimentar a todos os professores de educação física que passaram comigo no Grêmio, no Goiás, no Curitiba, só vi coisas boas e segui esse caminho. Estou com um pouquinho mais de 60 anos e ainda estou jogando a minha bolinha. Obrigado por tudo que vocês fazem por este País.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Presidente Valter; cumprimento o nosso Deputado Maurício Dziedricki; o nosso colega Ver. João Bosco Vaz pela iniciativa, e quero dizer que nós da bancada do PRB, eu e o Ver. Alvoní Medina, queremos parabenizá-los pelo trabalho, que é realmente emocionante. Em nome do Prof. Everton, quero cumprimentar a todos os professores aqui que têm despendido o seu tempo para exercer esse trabalho pelo Rio Grande afora e quero desejar vida longa ao FIEP, que vocês possam romper todas as fronteiras deste Brasil. Um abraço e vida longa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente; saudar o Deputado Maurício; quero saudar o Prof. Everton Deiques, e dizer que nós, do esporte, devemos muito a vocês, nossa trajetória sem um preparador físico não teria êxito. E quero aproveitar também para, como fez o Ver. João Bosco, salientar a figura do Bagatini, uma grande pessoa que trabalhou junto com vocês, estamos torcendo pela sua recuperação. Quando fui deputado, fiz uma comissão especial, e passei ao Governo que, das mais de três mil escolas no Estado do Rio Grande do Sul, apenas mil e poucas

escolas tinham uma quadra e um campinho de futebol para a prática de esportes. Olha o espaço que vocês têm para avançar, e que os governos não se dão conta! Muitas vezes, não valorizam o professor que têm dentro das escolas não providenciando um esporte que possa tirar essas crianças das ruas, das drogas. Vocês têm esse caminho a percorrer, nós temos uma confiança enorme e um aprendizado com vocês. Eu desejo muito sucesso a vocês. Só não vi a minha cidade na relação de vocês, estou a fim de dar uma ajuda e colocar São Borja no mapa do Brasil. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Mais uma vez, eu quero agradecer os Srs. Vereadores que se manifestaram na Tribuna Popular, agradecer a visita do nosso Deputado Estadual Maurício Dziedricki, que é o autor da lei em âmbito estadual, conforme dito aqui pelo Prof. Everton Luís Deiques – seja sempre bem-vindo, Deputado, a Casa é sua. O nosso Deputado Maurício Dziedricki já foi Vereador desta Casa. E a todos os professores que acompanham o Prof. Deiques também os nossos cumprimentos. A gente sabe que, assim como a Médicos Sem Fronteiras, que é uma instituição internacional, esse esforço que vocês fazem, leva, muitas vezes, a perspectiva, como disse o Ver. Tarciso, de um horizonte de inclusão, de caminho de vida, porque há lugares que estão desolados por guerras, por enfrentamentos, por tragédias. Enfim, recebam aqui os nossos cumprimentos. Também fica o registro do nosso ex-Presidente, Ver. Professor Garcia, o autor Municipal; e, ao Ver. João Bosco Vaz, muito obrigado por ter ensejado este momento de Tribuna Popular. Eu convido o Prof. Everton Deiques, que nos visita desde Santa Maria, juntamente com os demais professores, que agora, o Ver. João Bosco vai aqui no salão ao lado realizar uma homenagem. Peço aos Srs. Vereadores deslocarem-se para ali e, imediatamente, retomemos para fazer a homenagem ao Dia do Exército. Já estamos com a presença do Comandante Militar do Sul, o General Edson Leal Pujol, todo o Estado-Maior, bem como as senhoras e os senhores aqui do nosso Exército Brasileiro, Expedicionários das nossas Forças de Paz, enfim, a Banda do Exército, sempre uma visita que alegra muito a nossa Casa e nos honra muito.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 14h45min: estão reabertos os trabalhos. Esta presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército, nos termos do Requerimento nº 002/18, de autoria da Ver.^a Mônica Leal.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Edson Leal Pujol, General de Exército e Comandante Militar do Sul; o Sr. Geraldo Antonio Miotto, General de Exército e futuro Comandante Militar do Sul; o Sr. Márcio Velloso Guimarães, General de Divisão e Comandante da 3ª Região Militar; e o Sr. Amaury Marcial Gomes Júnior, Comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional, executado pela Fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, regida pelo 1º Tenente Edson Jair de Braga.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa tarde. Cumprimentando as autoridades já nomeadas e saudando a presença do Comandante Militar do Sul, General Edson Leal Pujol, saúdo todos os militares, o público presente e quem nos assiste pela TVCâmara ou por transmissão ao vivo pelo Facebook nesta homenagem ao nosso Exército Brasileiro.

Reforço sempre o quanto me é valioso poder me pronunciar desta tribuna em alusão ao Dia do Exército, que transcorre no próximo dia 19, e ter, mais uma vez, proposto este período de Comunicações, o que faço desde o meu primeiro mandato como Vereadora de Porto Alegre.

É uma questão de honra, uma questão de respeito e de gratidão pelo que esta instituição já fez pelo País e, particularmente, pelo que representa para a minha família.

É muito importante para mim estar sempre próxima da comunidade verde-oliva gaúcha, que tanto estimo e respeito. Como filha de militar, muito me orgulha prestigiá-los em seus eventos e iniciativas, e fico extremamente grata e feliz em ver a presença de representantes do nosso Exército nestas galerias e nesta Mesa a cada ano, a cada comemoração de sua data máxima em memória da histórica Batalha dos Guararapes.

O nosso Exército vivo se orgulha das glórias do passado, cultiva seus símbolos, heróis, feitos e vitórias, mantendo a memória da história. Positivo e operante, empenha-se nas realizações do presente, e, estratégico, planeja projetos e o futuro.

Cresci dentro da família militar aprendendo e seguindo os exemplos do Coronel Pedro Américo Leal, o que foi fundamental para minha formação pessoal e profissional.

As lembranças trazem a minha infância, a vila militar em Resende, no Rio de Janeiro, onde comecei a ter as primeiras noções da dimensão dessa instituição

secular, que se confunde com a própria história do Brasil. Desde pequena, passei a admirar a lealdade e o compromisso dos que servem à nossa Pátria. Desde lá, passei a ser uma admiradora de tudo que o Exército representa, realiza, cultiva e semeia. “O bom soldado jamais bate em retirada”, “missão dada é missão cumprida” – são lemas que sempre escutei e que até hoje ecoam e me norteiam; palavras do meu pai.

Disciplina, cooperação, prontidão, coragem, liderança, qualificação, integração, excelência - apenas algumas das premissas da conduta de homens e mulheres do nosso Exército, que orientam seus deveres e valores, sempre dentro da lealdade, da ética e da ordem. Um militar do Exército Brasileiro sendo, por fim, da arma, do quadro, do serviço perpassa cargos e funções em graus de complexidades crescentes, e experimenta uma ampla gama de especializações e atividades que definem o organograma, mantêm a hierarquia do Exército e que forma um todo: a força terrestre do nosso País.

É sempre uma motivação falar de mulheres no Exército. Pela primeira vez na história, em igualdade de condições com os homens, as mulheres poderão se tornar oficiais combatentes, chegar à patente de general e até ao comando do Exército. Em janeiro deste ano, 33 alunas oriundas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército foram muito bem recebidas na Academia Militar de Agulhas Negras e serão as pioneiras na linha de ensino militar bélico.

Por aqui temos, pelo trabalho e zelo do nosso Comando Militar do Sul, a garantia dos poderes constitucionais da lei e da ordem, a manutenção da soberania na área estratégica Sul do Brasil. Sempre de prontidão e na atenção à nossa segurança pública. Sua estrutura organizacional é destacada, efetivamente representa nosso Estado na participação sempre exemplar em inúmeras operações, missões de paz, presença na faixa da fronteira Sul, apoios constantes à defesa civil, participação em obras e construções, ações de garantias dos pleitos eleitorais, garantia da saúde pública e na preparação da estrutura de defesa em apoio a grandes eventos. É muito bom saber que contamos com o braço forte e a mão amiga do Comando Militar do Sul. Inestimável foi o trabalho do Exército Brasileiro e também da Marinha e da Aeronáutica para estabilização do Haiti, comandada militarmente pelo Brasil e encerrada em agosto de 2017, depois de 13 anos. Eles foram incansáveis no restabelecimento da paz e das condições de vida dos haitianos, conferindo orgulho e credibilidade mundial ao nosso País. Penso que a sociedade civil brasileira deveria se espelhar nessa conquista, quando vivemos um movimento contrário, de desordem política, moral e social.

Vereadora Comandante Nádia (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigada, Ver.^a Mônica Leal. Já, de pronto, quero te parabenizar por ter trazido hoje, aqui na nossa Câmara de Vereadores, o Exército Brasileiro ao qual nós devemos, sim, todo o nosso orgulho e a nossa referência. Quero cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, meu colega, Ver. Valter Nagelstein, e em seu nome, gostaria de cumprimentar todos os colegas, Vereadores e Vereadoras; quero cumprimentar o Sr. General de Exército Edson Leal Pujol, do Comando Militar do Sul; Sr. General de Exército Geraldo Antônio Miotto, futuro

Comandante Militar do Sul; Sr. General de Divisão Márcio Velloso Guimarães, Comandante da 3ª Região Militar; Sr. Capitão de Mar e Guerra Amaury Marcial Gomes Júnior, Comandante da Capitania Fluvial de Porto Alegre. Também cumprimentar todo o Exército Brasileiro, a Fanfarra, que sempre abrilhanta os nossos eventos aqui na Câmara de Vereadores, o Batalhão de Suez, e os telespectadores que nos acompanham pela TVCâmara. Gostaria de dizer que me tranquiliza muito e me enche de esperanças ver esta Câmara de Vereadores colorida de verde-oliva, e é disso que nós precisamos. No momento em que o Brasil passa por uma crise política enorme e que, em todos os momentos, nós vemos, ao ler os jornais e ao escutar rádios, escândalos de, cada vez mais, políticos envolvidos em corrupção e em roubos. Isso nos desespera enquanto brasileiros. Mas gostaria de dizer também que esse é o momento da virada. Nós podemos ver essa crise como vítimas de um sistema falido ou como cúmplices de uma grande mudança. Aqui nós estamos como cúmplices de uma grande mudança. E vejo no Exército Brasileiro essa cumplicidade, pois trabalha nos mais diversos campos em nosso País. Agora, no Rio de Janeiro, com a intervenção do Presidente; fazendo a diferença nas nossas fronteiras; aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, trabalhando em consonância com a Secretaria de Segurança Pública, nós vemos, sim, que há possibilidades de nós mudarmos. O STF nos brindou com um “não” ao *Habeas Corpus*, que poderia ser uma grande possibilidade de ainda termos fora da prisão os ladrões, homicidas, pessoas que cometem latrocínios em nosso País. É disso que nós precisamos, pessoas engajadas com o Brasil. Vemos aqui, nesta homenagem ao Dia do Soldado, a oportunidade de dizermos: Muito obrigada. Quero, de pronto, agradecer o trabalho do General Pujol, que esteve aqui conosco, em Porto Alegre, à frente do Comando Militar do Sul. Muito obrigada por sua pró-atividade, por sua paciência e por sua parceria com a Secretaria de Segurança Pública. Desejo ao General Miotto, que vem comandar o Comando Militar do Sul, todo o sucesso, e que tenha, aqui nesta Câmara de Vereadores, nós como seus parceiros, assim como a Brigada Militar, a Polícia Civil e todos os órgãos agentes de segurança pública. Salve o Exército Brasileiro e vamos em frente. O Brasil é nosso e nunca será vermelho. Obrigada.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Elizando Sabino (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora Mônica Leal, ao mesmo tempo em que lhe agradeço a concessão do aparte, quero lhe parabenizar pela brilhante iniciativa, que, aliás, já é prática recorrente de V. Exa. fazer esta homenagem, a cada ano, nesta Casa, pela sua história, pelo seu vínculo com o Exército, pela figura de seu pai, que foi Vereador desta Casa e colega do meu pai, também Vereador desta Casa. Nós somos a próxima geração de Vereadores desta Cidade. E fazer parte deste momento em que V. Exa. propõe, Presidente e Ver. Valter, a justa e honrosa homenagem ao Exército. Nós queremos, aqui, assinalando o transcurso do Dia do Exército, nos somar a esta homenagem em nome da bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. (Saúda os

componentes da Mesa e demais presentes.) Nesta ocasião, esta Casa, de forma muito honrosa, em mais uma oportunidade, recebe também aqui a presença dos componentes do Exército. Eu estava retornando da longínqua Alegrete, e havia um comboio de seis tanques militares do Exército também vindo de lá para cá, e vimos ali, mais uma vez, a representação do Exército Brasileiro não somente no Estado do Rio Grande do Sul, mas no Brasil: está permanentemente atuante, presente no território brasileiro, garantindo a segurança nacional. Portanto, Ver.^a Mônica e todos os componentes desta Mesa, queremos saudá-la pela brilhante iniciativa, parabenizar a todos os presentes que, hoje, mais uma vez neste ano, abrilhantam esta Casa.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Elizandro Sabino.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero saudá-la, colega Ver.^a Mônica Leal; Presidente; Coronéis que aqui já foram elencados pelo nosso cerimonial, e me associar a esta homenagem. O Exército tem, para nós brasileiros, um significado muito importante, em todos os sentidos. Às vezes, as pessoas se enganam, o Exército está em todos os momentos da vida brasileira, principalmente na democracia, onde é o regulador. O Exército presta muitos serviços importantíssimos à sociedade. Quero saudar os pracinhas que estão aqui, que nos orgulham e nos enchem de satisfação, relembrando aquele momento histórico da vida brasileira. Parabéns, Ver.^a Mônica, só V.^a Exa. poderia fazer um ato dessa natureza, pela sua identidade. Aqui convivi com o seu pai, Ver. Pedro Américo Leal, homem ardoroso, democrata e brasileiro nato, sempre defendendo a nossa Pátria. É assim que V. Exa. tem se comportado. Portanto, parabéns a todos. O Exército é o Brasil; o Brasil é o Exército, parabéns.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Cassiá.

Vereador André Carús (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.)

Vereadora Mônica Leal; Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, falo aqui como Vice-Líder da bancada do PMDB; a nossa Líder, colega Ver.^a Comandante Nádia, que se manifestou há pouco, e do Ver. Mendes Ribeiro, ressaltando a importância que o Exército Brasileiro tem, principalmente no momento em que o Brasil reflete sobre a credibilidade e o papel das suas instituições. Todos têm noção do dever cívico que cada um exerce neste momento de perda dessa credibilidade, assim como sabemos, como dizia Winston Churchill, que a democracia é o pior dos regimes, exceto os outros, e nem por isso, nós, muitas vezes, acabamos deixado de valorizá-la. E as Forças Armadas e o Exército Brasileiro têm um papel importante também no fortalecimento da democracia. Quando nós estamos na crise da segurança pública, Ver.^a Comandante Nádia, que não é só em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em muitos outros Estados brasileiros, é ao Exército que, muitas vezes, se recorre. Quando na Cidade, nos territórios que o Exército ocupa em Porto Alegre, nós podemos ver que ali existe um

ambiente com a sensação de segurança, um ambiente limpo, sadio e vigiado. Então, é isso que nós gostaríamos aqui de ressaltar, a importância que o Exército tem no dia a dia da Cidade, do Rio Grande do Sul e também como Instituição, capaz de fortalecer cada vez mais a democracia no nosso Brasil. Muito obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Carús. Queridos colegas, cada um colocou, de forma muito realista e feliz, o seu pensamento, e é justamente nesta linha que eu vou. A sociedade civil brasileira deveria se espelhar nesta conquista, quando vivemos um movimento contrário, de desordem pública, moral e social. Atravessamos um momento em que muitas das expectativas da comunidade brasileira são a cada dia frustradas ou ceifadas com tantos casos de violência e corrupção. A segurança pública dá demonstrações de fragilidade, a política está desacreditada, mas estamos assistindo, mesmo que de forma gradual, a uma faxina dos maus políticos brasileiros, que aponta para um passo certo em direção a um País do qual nos orgulhemos mais, onde os interesses maiores da Nação se sobreponham aos interesses pessoais, um país onde todos façam sua parte, onde haja mais patriotismo, generosidade, humanidade, igualdade, justiça, respeito pelas instâncias e poderes. Sem esmorecer, mantendo a retidão, são desempenhados o papel e a missão do Exército para com o País, sendo sempre mantida a confiança do povo brasileiro nessa sólida instituição que permanece em vigília constante e carrega excelentes níveis de credibilidade.

No Rio de Janeiro, a estrutura do Exército chegou para colocar um pulso realmente firme numa estrutura derrotada, onde o medo diário é instituído através do crime organizado, do vale-tudo e da corrupção. Quando o Estado perde o controle da segurança pública, se faz necessária a intervenção das Forças Armadas para que a ordem se restabeleça. Como brasileira, sigo na esperança do estabelecimento de um Brasil de paz para a sociedade de bem.

Finalizo aqui deixando o meu reconhecimento a esses preparados militares, filhos do Exército Brasileiro, que escolheram servir à Pátria e não se servir da Pátria, homens e mulheres agentes de difusão dos valores e das tradições militares para a sociedade civil, cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos que, com disciplina e doação, de forma integral e exclusiva, na ativa ou na reserva, escolheram se dedicar ao seu País. Aos meus amigos militares, a minha mais profunda admiração, e aproveito para registrar o meu agradecimento, de coração, ao General Edson Leal Pujol, que esta semana está concluindo o seu período como Comandante Militar do Sul e deseja boas-vindas ao General Antonio Miotto pela nova missão. Muito obrigada. Missão cumprida aqui.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Dia 19 de abril é também o dia do aniversário do meu terceiro filho. Em tempos de paz, o advento do 19 de abril evoca a data maior em que a Brasilidade reverencia com orgulho os feitos patrióticos de seu Exército Nacional, a ostentar o honroso galardão de jamais ter ser envolvido em guerras de conquista.

O núcleo das homenagens ora prestadas a essa valorosa Instituição Militar solidifica-se na heroica trajetória castrense de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caixas. E os méritos extraordinários desse imortal brasileiro sempre atinaram para a imperiosa necessidade da perene pacificação da vida nacional através de paradigmas conciliatórios postos a serviço da autêntica integração social e política do homem brasileiro neste território exuberante e promissor.

Nessa senda pacificadora, Ver.^a Mônica Leal, o Duque de Caxias liderou a destacada atuação militar na harmonização dos interesses gaúchos incorporados aos pujantes ideários farroupilhas e, por isso, merece a gratidão e o respeito de todos os rio-grandenses. O Pacificador, Ver. Cassiá Carpes, soube equilibrar as vontades conflitivas, garantir a integridade do majestoso território nacional frente à colcha de retalhos em que foi fracionada a América Espanhola e, desse modo, assegurar o primado da Soberania Nacional.

Ver. Mauro Zacher, enquanto ideia-força, a pacificação nas relações interpessoais e intergrupais que envolvem as plúrimas vertentes brasileiras goza de plena atualidade porque se encontra presente nos cânones de Segurança Social vicejante nos aglomerados urbanos dominados pelos tóxicos, pela violência e pela criminalidade. A decisiva participação das Forças Armadas em meio às Unidades de Polícia Pacificadora consiste na prova contundente que a vida em comunidade não pode prescindir da ordem, do pluralismo e, sobretudo, do respeito aos direitos fundamentais alheios.

É verdadeiro que, segundo Antoine de Saint-Exupéry, a grandeza de uma profissão é, talvez, unir os homens porque só há um luxo verdadeiro: o das relações humanas! E, sabidamente, essa portentosa carga de humanismo está assentada no acatamento dos vetores que protagonizam as diferenças individuais. Assim, faz-se contemporâneo que o “marchar de passo trocado” já não é sólida garantia de passo errado a comprometer a cadência do batalhão, porque, simplesmente, aquele recruta poderá estar ouvindo o som de outros tambores.

A pluralidade de ideias está presente. Executando condutas filantrópicas, as verdadeiras ações de fraternidade e comportamentos de solidariedade humana são protagonizadas, sim, pelo Exército Nacional, que vem minimizando os dolorosos sofrimentos daqueles que perderam tudo, emprestando seus melhores quadros para aplacar as desgraças vividas por essas populações afetadas.

Nesta idade eletrônica, o perene fortalecimento da noção de Pátria necessita despertar a juventude brasileira. Evidentemente, todavia, o Exército Nacional somente terá condições de incorporar, adestrar e formar reservista em número mais elevado na medida em que o Governo da República der-se conta do sucateamento em que o Estado Federal mergulhou as Forças Armadas, destinando assim, sem dúvida nenhuma, mais

recursos humanos, logísticos, instrumentais, orçamentários e materiais para que a caserna possa cumprir a sua missão institucional. Apesar da globalização, a Pátria de Caxias mantém acesas as chamas do patriotismo e do nacionalismo, jamais admitindo qualquer ultraje ao sacrossanto axioma da Soberania Nacional. Em verdade, nossa bússola nunca esteve orientada a Nova Iorque, nem a Pequim e, tampouco, a Moscou. A bússola verde-amarela sempre esteve, está e estará direcionada para Brasília, enquanto coração pujante da República Federativa do Brasil e do seu povo brasileiro. Isto significa que o Brasil do século XXI não cede espaços a comportamentos de vinditas extravagantes, de concentrações de ódios manifestados em ações politiqueiras revisionais ou, ainda, de aniquiladoras condutas revanchistas. O Brasil da modernidade assume uma postura hegemônica, voltada para o futuro da humanidade e despreza quaisquer espécies de fobias esclerosadas de duvidosas procedências éticas plantadas num sepultado passado distante. Aliás, a ninguém pode ser dado o direito de unilateralmente exorcizar episódios que a própria Nacionalidade já olvidou. A reabertura de feridas já cicatrizadas, certamente, trará angústia e em nenhum momento contribuirá para um País mais harmônico. Que as Forças Armadas continuem e possam, a cada momento, cumprir mais o seu papel social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver. Dr. Thiago. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu também preparei um texto, mas resolvi, por prudência, não utilizá-lo depois de ouvir o Ver. Dr. Thiago, pois seria repetitivo. Resolvi falar da maneira mais simples possível o que os colegas já sabem: a importância que o Exército Brasileiro teve na minha vida. Mas nunca é demais repetir aqui para os que não sabem. Eu classifico a minha passagem pelo Exército Brasileiro, no ano de 1999, como uma das cinco coisas mais importantes da minha vida até hoje. A primeira delas, o meu nascimento; a segunda, o meu casamento; a terceira, o nascimento do meu filho; a quarta, o nascimento da minha filha, e a quinta, foi ter integrado as fileiras do Exército Brasileiro – e isso por um motivo muito simples e fácil de entender. Eu acredito que todas as instituições benéficas do mundo, não só do nosso País, como também as nossas escolas filosóficas, são perfeitas nos valores, mas os imperfeitos somos nós, seres humanos. Então, não podemos culpar as instituições, escolas filosóficas que pregam os valores corretos que deveríamos ter incutido nos nossos filhos, nas nossas vidas, a responsabilidade como se fosse a mesma coisa que julgar uma pessoa e o seu comportamento. Eu preciso deixar claro, publicamente, que no ano de 1999, eu com 21 anos, a maior frustração que teria era não servir ao Exército Brasileiro; eu sobrei num primeiro momento. Foi muito difícil para mim; eu morava sozinho na Capital, nasci no interior do Estado, vim para cá ainda jovem, trabalhei em diversos lugares e tive uma situação, antes do Exército, para poder encontrar um lugar onde morar e estudar, que foi

me matricular num colégio interno, a Escola Técnica de Agropecuária, em Viamão. Não vejo nenhum demérito nisso, tenho muito orgulho das dificuldades que passei na minha vida e quero dizer que, se não fosse o Exército Brasileiro, certamente a minha vida não teria se desenvolvido a ponto de eu estar aqui nesta tribuna, falando o que estou falando. Porque, num dos momentos mais difíceis da minha vida, quando eu não tinha a estrutura familiar para me dar suporte na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, foi o Exército Brasileiro que me ajudou a enfrentar esta Cidade com a sua insegurança pública; com as ciladas do consumo de drogas, que afetam os jovens não só daqui. Lá no Exército Brasileiro eu encontrei uma família, os valores corretos, os exemplos corretos, os homens e as mulheres que me deram exemplos. Obviamente, cada um escolhe em quem se espelhar. Então, eu não admito que as pessoas, de uma maneira leviana, num mundo em que as redes sociais se transformam num esgoto, responsabilizem a instituição, não só a do Exército Brasileiro, como outras instituições e escolas filosóficas, da maneira que levemente se faz até politicamente. Eu só tenho a agradecer aos senhores e aos valores que vocês, diariamente, transmitem aos jovens, para a formação do cidadão. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Moisés. O Sr. Edson Leal Pujol está com a palavra.

SR. EDSON LEAL PUJOL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Também cumprimento os integrantes do Batalhão de Suez, como foi bem mencionado pelo Ver. Cassiá, que ajudaram a escrever a história do Exército Brasileiro fora das nossas fronteiras, representando o nosso País numa missão de paz, junto com outros militares brasileiros, cidadãos brasileiros que estiveram na 2ª Guerra Mundial e em diversas missões ao longo da história fora das nossas fronteiras, lutando pela democracia, pela paz no mundo. Eu gostaria de registrar a presença dos integrantes da nossa Brigada Militar, muito me orgulho de fazer parte dessa instituição de forma consanguínea; nossos representantes aqui do Grêmio Geraldo Santana; a nossa organização centenária, o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército – GBOEX; o Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Rio Grande do Sul; companheiros de turma aqui presentes; senhoras e senhores; Oficiais Gerais do Exército Brasileiro, que me acompanham; General Miotto, que vai me suceder na semana que vem, no dia 26 de abril, às 16h, no Regimento de Cavalaria de Guarda, na Avenida Ipiranga. Todos estão convidados a comparecer na cerimônia de transmissão do cargo - Comandante Militar do Sul. O Coronel Márcio Velloso Guimarães, Comandante da 3ª Região Militar; o Comandante Amaury, nosso Capitão dos Portos; os representantes da Marinha do Brasil; senhoras e senhores. Não venho aqui falar como General Edson Leal Pujol, como o militar; nem venho falar aqui como cidadão Porto-alegrense, título que muito me honra, homenagem que recebi desta Câmara de Vereadores. Venho aqui falar como representante de uma Instituição que nasceu com a

nossa Nação, nasceu nas batalhas de Guararapes, quando o branco, o negro e o índio lutaram contra os invasores holandeses que tentavam fincar uma bandeira diferente e implantar ideias diferentes daquelas que englobam a nossa Nação, que começava a gatinhar. Ainda éramos Brasil Colônia, mas nós já estávamos cultivando a nossa semente de brasilidade. O Exército brasileiro foi testemunha da consolidação da nossa independência, da nossa abolição da escravidão, da nossa proclamação da República, da expansão e consolidação das nossas fronteiras, nos fez o maior País da América Latina. Ao passo que nós vimos, ao nosso lado, no mesmo continente, a fragmentação da América espanhola, por diversas razões, mas o Exército brasileiro foi, sem dúvida, uma peça chave no tabuleiro da geopolítica e da diplomacia, para que nos tornássemos o Brasil que hoje somos. O Exército Brasileiro assistiu à evolução da nossa República até os dias de hoje, participando de vários momentos da vida nacional. E como bem foi aqui assinalado pelos nossos Vereadores, pela nossa Ver.^a Mônica Leal, por aqueles que realizaram apartes, por aqueles que ocuparam a tribuna, para ressaltar os valores da nossa instituição, dos nossos integrantes e fizeram questão, como aqui bem assinalou, de forma muito emotiva, o nosso Ver. Moisés, que contribui para a formação de cidadãos que hoje representam os cidadãos de Porto Alegre aqui nesta Casa, como a Ver.^a Mônica Leal, filha de militar, que trouxe, incorporou na sua vida, na formação da sua personalidade, valores éticos e morais que aprendeu na sua casa, transmitidos por um Coronel do Exército Brasileiro. Nós, hoje, envergamos o uniforme verde-oliva, somos cidadãos oriundos das mais diversas origens, cidadãos que vieram de forma indiferente: nascemos em berços pobres, nascemos no interior do nosso País, nascemos na Amazônia, no Rio Grande do Sul, em Brasília, em São Paulo, somos representantes das diversas camadas que compõem a população brasileira. Isso que nos faz representantes da nossa população. E, mais ainda, como já assinalei desta tribuna mais de uma vez, nós cumprimos as missões que o povo brasileiro nos designou, através dos legisladores que escreveram a Constituição e colocaram as missões das Forças Armadas e do Exército brasileiro na nossa Carta Magna. Nós, então, cumprimos as missões que são designadas pelo povo brasileiro, através dos seus representantes, o que muito nos orgulha. Como já foi assinalado aqui, temos a participação na vida nacional não só na defesa da integridade e da soberania das nossas fronteiras, mas temos também a participação na vida nacional em momentos de crise, em momentos difíceis, levando a água ao Nordeste... Hoje, o General Miotto, que até a pouco era o Comandante Militar da Amazônia, está ajudando a coordenar a entrada dos cidadãos venezuelanos que estão saindo de um país que está passando por grandes dificuldades, estão buscando refúgio em busca de melhores dias, de uma vida melhor no nosso território. O Exército Brasileiro está lá cumprindo uma designação do Governo Federal, ajudando a receber, a coordenar, a alimentar e a conduzir os venezuelanos que entram no nosso território.

Nós estamos participando nas atividades, como já foram assinaladas aqui, de uma intervenção federal no Rio de Janeiro. Essa intervenção não é militar, nós já estamos cumprindo o decreto de Garantia da Lei e da Ordem desde metade do ano passado. A intervenção é federal, não é intervenção militar, mas foi dada a responsabilidade para um integrante do Exército Brasileiro estar à frente a essa situação

de calamidade, da falência da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, da qual nós, cidadãos, muitas vezes, somos cúmplices e partícipes dessa degradação da situação de segurança pública. A nossa permissividade, a nossa impassividade diante de situações graves faz com que a gente acabe entrando em situações críticas dentro do nosso País.

O Exército Brasileiro esteve presente nos grandes eventos, ajudando o Governo Federal e o Governo do Rio de Janeiro nas atividades das Olimpíadas, da Copa do Mundo, em diversas capitais, não somente no Rio de Janeiro.

Nós temos a participação nas atividades eleitorais, ajudando a Justiça Eleitoral durante os pleitos.

Nós estamos participando das atividades de auxílio da saúde, ajudando a combater o mosquito *Aedes aegypti*, que é o vetor da transmissão do vírus da dengue e de outras enfermidades.

Estamos presentes nas situações de enchentes, nas situações de vendavais, de chuvas e de outras situações em que a Nação brasileira, a população brasileira precisa de uma ajuda adicional, além daquelas que são das instituições responsáveis pela defesa civil e salvaguardar as melhores condições de vida dos seus cidadãos quando encontramos situações muito adversas. Aqui, em Porto Alegre, tivemos no nosso Município, vocês se lembram bem, no início do ano de 2016, aquela forte tempestade que assolou o nosso Município, e na manhã seguinte o Exército Brasileiro estava nas ruas ajudando as instituições municipais a acudir a população da nossa Porto Alegre e da Grande Porto Alegre. Nós temos participado desde o início da fundação desta Cidade, basta ver os inúmeros logradouros públicos que trazem o nome de militares, que participaram da vida da nossa Cidade. Lembro aqui, também já mencionei em outra oportunidade a atuação do patrono do Exército Brasileiro – Luís Alves de Lima e Silva, nosso Duque de Caxias, dentre outras coisas, não só como interventor também foi o curador da nossa Santa Casa de Misericórdia. Isso muito orgulha a nós, militares, de participar da vida do nosso Brasil, da vida do nosso Estado e da nossa cidade de Porto Alegre. Por tudo isso é com muito orgulho e com muita satisfação que, em nome do Exército Brasileiro, em nome do nosso Comandante, em nome de todos os integrantes do Comando Militar do Sul, daqueles que servem na cidade de Porto Alegre, nós agradecemos pela homenagem apresentada pela Câmara de Vereadores ao nosso Exército Brasileiro, mo. No transcurso desta semana em que comemoramos a Semana do Exército, o dia 19 de abril foi escolhido como Dia do Exército por causa da data da Batalha de Guararapes, onde nasceu o Exército Brasileiro. Obrigado a todos os integrantes desta Câmara, em especial ao nosso Presidente, à Ver.^a Mônica Leal, a todos os que fizeram uso da palavra para prestar homenagem e a todos vocês os nossos agradecimentos em nome do Exército Brasileiro. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Meu caro Comandante Edson Leal Pujol, General do Exército, ao cumprimentá-lo, mais uma vez,

estendendo os cumprimentos ao General Geraldo Antonio Miotto, que nesta Semana assume o Comando Militar do Sul; ao General Márcio Velloso Guimarães; ao Capitão de Mar e Guerra Amaury, a todos os que o General Leal Pujol referiu, que acorrem a nossa Casa no dia de hoje; aos representantes da Brigada militar; aos oficiais do Exército Brasileiro; aos veteranos do Batalhão de Suez, talvez tenhamos outras forças de paz aqui, do Timor-Leste, do Haiti; aos amigos do Grêmio Sargento Expedicionário Geraldo Santana; à Liga de Defesa Nacional; ao nosso Coronel Cantagalo. Quero, rapidamente, dizer que esta homenagem é do Poder Legislativo de Porto Alegre, proposta pela nossa Vereadora subscrita pela Mesa Diretora; portanto, pelos 36 Vereadores, a essa instituição que é um orgulho do nosso País.

No próximo dia 08, General Pujol, nós vamos estar fazendo aqui uma exposição alusiva ao Dia da Vitória. Talvez o mais recente dos episódios em que o Exército Brasileiro pôde deixar inscrito em território italiano, infelizmente, com o sangue dos nossos compatriotas, a defesa dos valores mais importantes: a democracia e a civilização.

Há poucos dias, vi um vídeo que me tocou e que emociona a todos a que assistem - crianças italianas que, todos os anos, vão lá a um determinado local e cantam a nossa marcha Canção do Expedicionário Brasileiro. Nós vamos estar, por uma generosa oferta da esposa do Brigadeiro Nero Moura, que estará expondo aqui o acervo do Brigadeiro Nero Moura, no dia 08; obviamente, Ver.^a Mônica, com isso, fazendo uma reverência à história das nossas Forças Armadas, em que o Exército Brasileiro tem essa participação fundante e fundamental.

Quero dizer ao senhor, meu caro General, em nome do Parlamento da Cidade, o nosso muito obrigado. Obrigado ao tempo que dedicou ao Comando Militar do Sul e obrigado pelo tempo que dedicou a Porto Alegre. Quero dizer da honra em tê-lo conosco como Cidadão de Porto Alegre. Não tenho dúvida, General Miotto, que o Conselho de Cidadãos Honorários de Porto Alegre está engrandecido a partir da presença do General Edson Leal Pujol conosco. Veja bem, o General Miotto me dizia aqui que é de São Marcos, aqui da nossa região da Serra, e o General Pujol é de Dom Pedrito, terra de onde Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro, talvez, tenha tido um dos principais, senão o principal capítulo da sua vida, pelo menos naquilo que concerne a nós, gaúchos, aqui, que foi a assinatura do Tratado de Poncho Verde. Às vezes, os desígnios da vida fazem com que – e é exatamente isto – alguém nascido lá em Dom Pedrito, que é uma terra que escreve com letras de ouro a história do Exército e a história do seu patrono, possa ter sido o nosso Comandante aqui e quem sabe o destino também não lhe reserve ainda outros capítulos mais importantes e gloriosos. Quero lhe desejar sucesso na sua caminhada futura.

Também quero agradecer ao General Miotto, que vem do Comando Militar da Amazônia, territorialmente o maior comando e um dos grandes desafios. Se for verdade que, no século XIX, Ver. Bosco, a grande tarefa foi a consolidação das fronteiras, e Caxias foi o responsável, lá atrás, na pacificação, depois junto à fronteira Sul – Argentina, Uruguai. Portanto, o olhar estratégico das nossas Forças Armadas, Dr. Goulart, estava focado nessa questão, Ver. Mauro Zacher, na consolidação da fronteira

com o Uruguai, com a Argentina. Hoje, Dr. Thiago – eu o cumprimento pela fala –, o nosso desafio é a manutenção desse grande patrimônio que o mundo olha com cobiça e com interesse a partir dos seus recursos naturais, que é a nossa Amazônia. Como no passado, o Exército Brasileiro, a nossa Marinha, com Tamandaré, a nossa Aeronáutica, com Nero Moura, foram desafiados e entregaram suas vidas em defesa dos nossos principais valores, tenho certeza de que hoje assim também é e será no que diz respeito à Amazônia, enfim.

Os nossos colegas falaram dos desafios que estão postos: os desafios do dia a dia, como no Rio de Janeiro, de ajudar nas operações do decreto de Garantia da Lei e da Ordem, como disse o Ver. Cassiá, a intervenção federal, o combate à criminalidade, um caminho para a juventude, os enfrentamentos das intempéries, as tragédias naturais. E sempre o Exército brasileiro, mão amiga, está lá para ajudar o Brasil onde precisar. A doutrina do Exército, tenho certeza de que é, em primeiro lugar, a brasilidade, o patriotismo e, como disse o nosso comandante, os valores da ética, os valores da moral, que muitas vezes são colocados em xeque nos dias de hoje. Há poucos dias surgiu para mim uma falsa polêmica, concluo dizendo isso; peço que daqui levem um abraço da Presidência do Parlamento ao Comando o primeiro poder da democracia, um Parlamento humilde, porque, afinal de contas é o Parlamento do Município - uma realidade que, na verdade, nós precisamos mudar, no Brasil, porque essa lógica republicana de colocar o Município no último lugar dessa pirâmide está errada. O Município é onde a vida acontece, então a gente precisa mudar isso no Brasil. Mas levem daqui um abraço ao Comandante do Exército porque o Presidente colocou muito bem, na verdade, não foi o Comandante do Exército que colocou em xeque nem ameaçou a democracia do Brasil; ameaçam e colocam em xeque a democracia de qualquer nação aqueles que não sabem distinguir o certo do errado, que caçoam do bem e que fazem do crime, às gerações presentes e futuras, um exemplo a ser seguido. O Brasil precisa resgatar, independentemente de visão política ou de partido político, o caminho do bem e da ética. Eu tenho certeza de que as Forças Armadas, na figura do Exército Brasileiro, são um repositório inesgotável desses valores. Ainda lembro, de Osório, algo que está eternizado em bronze aqui na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, que dizia que não é difícil o desafio de guiar homens bons, basta mostrar-lhes o caminho do dever. Nosso dever, nosso sentido, como brasileiros, é construir um tempo melhor. É isso que o Exército nos ensina e é isso que nós, a cada dia, devemos perseguir como instituição e como políticos. Vida longa ao Exército Brasileiro. Muito obrigado, sucesso na sua próxima missão, sucesso, General Miotto, na missão que assumirá nos próximos dias.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem a Canção do Exército e o Hino Rio-Grandense executados pela Fanfarra do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, regida pelo 1º Tenente Edson Jair de Braga.

(Procede-se à execução da Canção do Exército e do Hino Rio-Grandense.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h55min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 16h05min: Estão reabertos os trabalhos. Eu quero, de pronto, informar aos que vêm a esta Casa que nós não vamos enfrentar a votação dos aplicativos no dia de hoje. O Regimento da Casa determina que quando há Veto, o mesmo tranca a Pauta. Nós temos três vetos do Prefeito Municipal. Por força do Regimento, os Vetos estão à frente, então nós vamos ter que enfrentar essa questão, para depois retomar a votação da lei dos aplicativos.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, nobre Presidente, Ver. Valter Nagelstein, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, povo aqui presente e o que nos assiste pela TV Câmara, hoje estou aqui nesta tribuna para dividir com vocês um assunto de grande importância, que são os migrantes, refugiados em nosso Estado e Capital. O Rio Grande do Sul é o quarto estado do País que mais abriga refugiados, tendo hoje 308 refugiados, estrangeiros, que o Brasil reconheceu que sofreram perseguição por raça, religião e opiniões políticas. Mais de 2 mil pedidos estão sendo analisados pelo Ministério da Justiça. Vale ressaltar que esses imigrantes refugiados encontram aqui no Estado, principalmente em Porto Alegre, uma situação menos sofrida, mas com muitos obstáculos, como desemprego e dificuldade em validar documentos e diplomas pelo alto valor da tradução juramentada. Já temos informação de que nos próximos dias chegam aqui mais de 200 famílias venezuelanas, pessoas qualificadas que enfrentarão essas dificuldades também.

Na última semana tive o prazer de conhecer o projeto Araguañey; a iniciativa de atenção a migrantes venezuelanos foi lançada em março deste ano e é desenvolvida pelo Centro de Referência em Direitos Humanos e Avesol. No local estiveram aproximadamente 80 migrantes venezuelanos que vivem na Capital e na Região Metropolitana. Eles recebem atendimento gratuito no âmbito de demandas individuais e coletivas de migrantes. Entre as ações do Centro estão: atendimento social, orientações sociojurídicas, informações gerais para refugiados, orientação e validação de documentos, encaminhamento para o trabalho, cursos de qualificação profissional e cursos de português; também a articulação política e em rede como a participação Fórum de Mobilidade Humana, e em grupos de trabalho para criação e implementação de políticas públicas e projetos de lei para imigrantes.

Assim, me somo a esta causa, e peço que todos os colegas também tenham um olhar carinhoso para com essa população. Quero ressaltar aqui, meus nobres colegas e meu nobre Presidente Valter, que estive com essa população e me somei ao seu sofrimento, vemos ali que eles estão em situação muito difícil com suas famílias ou para poder trazer seus familiares, seus filhos, e ali eu pude ver a dor daqueles homens, pais de família, que estão num país que não é o seu de origem e têm, muitas vezes, grandes

dificuldades para poder ter um local para morar, trazer suas famílias, ter um trabalho, para poder dar dignidade a esses homens. Eu vejo que nós devemos ter um olhar mais carinhoso para essa população que pede socorro aqui no nosso Estado. A gente vê muitos imigrantes pedindo ajuda, precisando de apoio. Eu conto com os meus amigos, nobres Vereadores, para que deem uma olhada carinhosa quando algum desses imigrantes bater também ali na sua porta, no seu gabinete. Agradeço o carinho de todos. Sem mais delongas, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (PMDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, primeiro, quero agradecer aos meus colegas de Bancada do PMDB por me indicarem a Líder desta bancada, a maior bancada da Câmara. É uma tarefa árdua, difícil, ainda mais substituindo um grande Líder, que é o Ver. Idenir Cecchim, nessa função. Digo que estou preparado e que vou honrar a confiança dos meus nobres colegas na condução do nosso partido.

Segundo, venho aqui para ler a resposta que tive da Prefeitura quanto ao meu Pedido de Informações sobre a Área azul de Porto Alegre. Agradeço a resposta, porque foi mais rápida do que eu imaginava. Quando um Vereador faz um Pedido de Informações é importante que tenha uma resposta o mais rápido possível para passar àqueles que o botaram aqui na Câmara de Vereadores.

A cidade de Porto Alegre, com mais de 1.475.000 habitantes, possui uma frota com cerca de 860.000 veículos. Dados oficiais atestam o aumento da individualização do uso de veículos e a redução de passageiros no transporte coletivo. Informações como essas e a experiência cotidiana fazem com que as questões da mobilidade urbana sejam pautas constantes na vida de todos nós, assim como os temas consequentes dessa realidade, a exemplo do estacionamento de carros em vias públicas. Considero de suma importância a atenção ao estacionamento temporário pago nas vias e logradouros públicos, em áreas urbanas pré-determinadas de Porto Alegre, conhecidas por todos nós como Área Azul, a qual foi estabelecida para melhor ordenação dos veículos nas vias e a democratização do espaço público por meio da delimitação do tempo de permanência, no máximo, duas horas por vaga.

Porto Alegre possui 3.832 vagas de estacionamento na Área Azul eletrônica. Dessas, 80 são reservadas para pessoas com deficiência, em 63 pontos diferentes; 115 vagas são reservadas aos idosos, em 50 locais de Área Azul. Para cerca dessas 4 mil vagas de estacionamento rotativo, existem apenas 172 parquímetros funcionando; equipamentos com dispositivos eletromecânico ou eletrônico usados para o controle da

rotatividade de carros na Área Azul, o qual emite os tíquetes de papel para validar a permanência do carro em período especificado. A precariedade desses equipamentos deve ser ponto de atenção do Poder Executivo. A degradação dos mesmos ocasiona sérios transtornos aos usuários por impedir a rotatividade, a instabilidade nos pontos e ainda onera os cofres públicos.

Conforme resposta ao meu pedido de informações sobre todos os processos que envolvem a Área Azul da Cidade, a EPTC informa que os atos de vandalismo, desgastes de peças e a falta das mesmas no mercado são os principais motivos para a inatividade de grande parte dos parquímetros. Lamento que os locais com o maior índice de depredação dos parquímetros estão nos bairros Azenha, Menino Deus e Moinhos de Vento, onde há reconhecida necessidade de rotatividade dos estacionamento de carros nas vias públicas como forma de promover atratividade aos negócios, sejam comerciais ou de serviços característicos dessas regiões.

Venho a esta tribuna enfatizar a minha preocupação a respeito dos contratos e dos seus prazos para a atividade dos parquímetros na Cidade tendo em vista que, conforme informações da EPTC, o contrato existente para a operação na Área Azul expirou no último dia 23 de março.

Além disso, o processo de licitação foi realizado; no entanto, está suspenso por determinação judicial. Peço que tal situação se resolva com a máxima brevidade possível para evitar a desorganização no sistema, conforme é perceptível ao transitarmos pela Cidade. Além disso, para concluir, defendo a inclusão de novas tecnologias a exemplo de aplicativos de *smartphones*, crédito por telefone e ações afins para pagamento da vaga utilizada, facilitando e dando segurança aos usuários e à gestão desses recursos. Então, fica aqui a fala deste Vereador para que a gente possa, o mais rápido possível, termos parquímetros funcionando e sendo bem aplicado para a sociedade e para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Senhores, queria cumprimentar vocês, motoristas de aplicativos. Depois a Presidente Mônica pode explicar porque a pauta ainda não entrou, em função do nosso Regimento. Digo aos senhores e senhoras que esse tempo já está agendado pelo Regimento e, no momento em que chegar a Ordem do Dia, nós vamos nos aplicar para votarmos, para aprovarmos a transparência para que vocês saibam, antes de aceitar a corrida, o local de partida e o destino para onde vão levar o passageiro, além de garantir as emendas que já aprovamos - terá que, sim, haver um cadastro mais sério do usuário dos aplicativos para que garanta a segurança, para que se possam evitar os usuários *fake* e as situações ampliadas de risco, porque o risco só por exercer essa profissão já existe.

Quero trabalhar, nesse período de Comunicações, na resposta a uma fala que aparece muitas vezes na tribuna e que está correndo num vídeo citando o meu nome. Eu a recebi dos meus conterrâneos de Veranópolis, minha terra natal, em que diz que, respondendo à Ver.^a Sofia, o Ver. Ricardo Gomes diz que: “O PT está colhendo o que plantou”. Quero dizer que não é o que ele plantou que ele está colhendo. O que o PT plantou, nas suas gestões, desde o Governo de Porto Alegre, foi a ampliação da democracia e a decisão dos destinos das políticas públicas junto ao poder popular, o povo incidindo nas políticas públicas. O que o Partido dos Trabalhadores plantou com os seus partidos aliados foi, neste Brasil, Farmácias Populares, que baratearam os remédios e que hoje estão acabando. O PT plantou 2 milhões ou mais de casas populares através do Minha Casa, Minha Vida, trabalhou insistentemente no direito de morar a quem nunca teve essa oportunidade, implantou cisternas para famílias que não tinham acesso à água de forma gratuita, generalizada, no Norte e no Nordeste. Implantou universidades federais, 18, neste País, é o Prouni para que os filhos dos trabalhadores tivessem vaga, quotas raciais e públicas para os negros e negras.

O PT implantou o ensino técnico e tecnológico de 140 para 610 institutos federais neste Brasil. O PT implantou hospitais; só aqui em Porto Alegre um hospital, na Restinga, que esses dias o Prefeito inaugurava uma clínica de família num hospital financiado totalmente pelos Governos do PT. A UPA aqui em Porto Alegre, que funciona em muitos Municípios deste País, têm as Unidades de Pronto Atendimento. Poderia seguir listando boas ações implantadas pelo Partido dos Trabalhadores, mas eu quero resumi-las dizendo que quem cuida do outro planta amor, quem repara discriminação planta justiça, quem protege o outro planta empatia, planta paz, planta solidariedade; e tudo isso o PT plantou na sua história. Hoje o Presidente Lula, embora preso de forma injusta, recebe a intenção de voto da maioria dos brasileiros nas pesquisas. Inclusive, em torno de 60% indica que quem ele indicar como candidato, se ele não o for, receberá seu voto. Isso, sim, eu considero, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, Ver. Marcelo, colheita do bem que o PT plantou com todos os seus limites, com todas as suas controvérsias.

Nós – eu quero pedir ao nosso assessor de plenário que coloque essa tela – queremos mostrar um dos elementos que demonstram quanto foi injusta e ilegal a prisão do Presidente Lula, e por que nós estamos lutando contra essa prisão. (Projeção de imagem.) Observem e acompanhem, neste minuto final: o Léo Pinheiro, um dos dirigentes da OAS, preso em 2014, transferido para Curitiba. Em 2015, o juiz Moro condenou Léo Pinheiro a 16 anos e 4 meses de prisão. Em 2016, a delação premiada do Léo Pinheiro, delação para reduzir pena, inocenta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Era uma delação premiada, e ele inocentou! O que aconteceu com ele em novembro de 2016? O tribunal aumentou a pena de Léo Pinheiro para 26 anos. Em abril de 2017, Léo Pinheiro continua preso provisoriamente, é prisão de 2014 a 2017. Aí sim, em 2017, ele incrimina Lula sem apresentar nenhuma prova. Em setembro de 2017, a pena de Léo Pinheiro, que já era de 26 anos, veio a ser de 2 anos e 6 meses. Ou seja, até que ele dissesse, sem provar, que Lula era culpado, o empresário da OAS estava preso, condenado e... Aí sim, ele teve a sua pena diminuída. Se isso não é tortura para

confessar um crime que não foi cometido, não sei do que se trata. Lula livre, porque a injustiça não pode prosperar neste País.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Há três vetos trancando a Pauta; a Lei Orgânica estabelece que só podem ser apreciados outros projetos, quando encerrados os vetos. Portanto, vamos apreciar os vetos e, depois, dar continuidade à votação dos aplicativos.

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB) (Requerimento): Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Tarciso Flecha Negra solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 16 de abril de 2018.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h29min: Havendo quórum. Passamos à

ORDEM DO DIA

Solicito às Lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Após consulta aos Líderes, chegou-se à conclusão que, em função dos três vetos trancando a pauta, não haveria garantia de entrarmos na votação dos aplicativos, porque os debates e as votações podem se estender até muito tarde, e não seria justo que os senhores e as senhoras ficassem aqui aguardando e perdendo horas de trabalho. Nós nos comprometemos – eu e os demais Líderes – que não será votado sem as presenças dos senhores e das senhoras. Então, não será hoje; na quarta-feira nós faremos isso assim que entrarmos na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1478/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 006/17, que dispõe sobre a atividade de fiscalização das infrações administrativas no âmbito do Município de Porto Alegre, altera as atribuições da Guarda Municipal constantes no Anexo I da Lei nº 6.309, de 28

de dezembro de 1988, os incs. IV, VI, IX, XII, XX e XXIX do art. 18, os incs. I, II e IV do art. 20, o art. 27, o *caput* e o inc. I do § 2º do art. 91-A, inclui o inc. XXXI no art. 18, o inc. V e o § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º, no art. 20, o art. 27-A, o § 6º no art. 91-A, o art. 91-B, o art. 91-C e o art. 91-D, todos na Lei Complementar nº 12 de 7 de janeiro de 1975.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Melchionna: pela rejeição do Veto Parcial (empatado);
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela manutenção do Veto Parcial (empatado).

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 12-04-18 (quinta-feira).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu vou aguardar a Liderança do Governo se manifestar a respeito deste Veto. Eu já tive uma conversa prévia com o Ver. Moisés, mas eu quero também ressaltar o seguinte: eu fui autor, em conjunto com o nosso colega Ver. Idenir Cecchim, de uma emenda, votei favoravelmente ao projeto – aliás, votamos – foi o último projeto que nós votamos, em 2017, nesta Casa – foi o último projeto no mês de dezembro. Só que, sinceramente, eu já tinha lido aqui as razões deste veto; inclusive, numa reunião entre Vereadores independentes e da base do Governo, ele foi discutido especificamente. E o que diz a nossa Emenda, que foi a Emenda nº 13, aprovada na época, que o Governo veta agora? Fala que caberá aos Guardas Municipais realizar a apreensão de mercadorias do comércio ambulante irregular, fiscalizar as infrações de trânsito em colaboração com os agentes de trânsito da EPTC, lavrar o termo de constatação na Lei Complementar nº 728/14, que é o novo Código Municipal de Limpeza Urbana, e também fiscalizar as infrações relacionadas à área da segurança pública e institucional, adotando os procedimentos previstos em lei. Ou seja, não liquida

com a atividade daqueles servidores que são agentes de fiscalização do Município. E vale ressaltar, Ver. Adeli, V. Exa. que foi Secretário da SMIC também, os agentes de fiscalização atuam em conjunto com a Guarda Municipal em diversas situações. E quero aqui também manifestar a minha incompreensão do por que o Executivo escreve aqui nas razões do Veto Parcial, por exemplo, que os guardas municipais estão sendo cerceados no que diz respeito a colaborar com a Vigilância Sanitária. Eu acho que a discricionariedade do gestor que está responsável pela Guarda pode fazer com que ela colabore com a questão da fiscalização sanitária, como outras vezes já aconteceu, a própria Brigada que é regulada por lei específica no âmbito estadual faz isso. Por que a Guarda Municipal está sendo cerceada, por exemplo, quando da identificação de um crime ambiental? Em nenhum momento a Guarda será impedida de colaborar como agente de fiscalização do monitoramento ambiental quando um crime nessa área é identificado. Então eu não entendi esse veto, sinceramente, não consigo entender! E se o Governo vai regular futuramente por um projeto de lei complementar específico, bom, que o faça, mas nós estamos aqui garantindo aquilo que é primordial para a Guarda e garantindo que os agentes de fiscalização também possam exercer as suas atividades sem nenhuma perda funcional, que é combater o comércio irregular, o que aliás campeou na Cidade, não é? Hoje está difícil até de transitar na Rua da Praia, por exemplo. Está difícil de transitar na Av. Assis Brasil, está difícil de transitar na Av. Osvaldo Aranha e na Av. Azenha, porque a fiscalização do comércio irregular está totalmente frouxa nesse sentido. Segundo, por que é que se quer aumentar tanto a atribuição da Guarda e se manda vetar aqui um recurso do Orçamento para ampliar o efetivo? Não consigo entender! Quer aumentar as atribuições, mas se manda para cá um veto negando um investimento que foi aprovado por ampla maioria desta Casa para ampliar o efetivo! E aí se diz aqui, de uma maneira confusa, que não se está respeitando a lei federal no que diz respeito a isso; pelo contrário, nós estamos aqui garantindo que guardas e agentes de fiscalização continuem atuando de maneira harmônica. Esse foi o propósito da Emenda nº 13, então não há razão para que esse veto seja mantido e, sim, discuto aqui como um dos autores, em conjunto com o nosso colega, Ver. Idenir Cecchim, que agora cumpre tarefa junto ao Governo Estadual, que nós possamos derrubar este veto, porque ele contribui para o aperfeiçoamento daquela legislação, que, reforço, votamos favoravelmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Mônica, colegas, aqueles que nos acompanham, eu ouvi atentamente aqui as ponderações do colega André Carús, que, inclusive, acho que subscreveu a referida emenda. Eu vou fazer uso aqui, na realidade, da nossa justificativa, para pedir que as colegas e os colegas mantenham o veto do Prefeito.

O Ver. Idenir Cecchim, como foi dito aqui, não está hoje conosco, está cumprindo uma outra missão importante, mas já fizemos algumas reuniões, algumas conversas com o Ver. Idenir para explicar, e entendemos a preocupação da bancada do PMDB, do Ver. Idenir, do Ver. Carús, mas vamos traduzir isto aqui. A preocupação é: o Guarda Municipal poderá ou não adentrar em lojas privadas e deliberadamente abrir o *freezer* para ver a validade de alguns produtos? Essa é a preocupação que nós concordamos que tem que existir. Mas a nossa justificativa de pedir que os Vereadores entendam que esse escopo da legislação não quer restringir os Guardas Municipais, porque, se for derrubado o veto, nós vamos restringir ao antivandalismo, ao comércio e prestação de serviços de ambulante, à limpeza urbana e manejo de resíduos, as infrações de trânsito, as infrações da área de segurança pública institucional. Na conversa, fica clara a necessidade - há um compromisso assumido; vejam bem, estou aqui registrando isso publicamente - de que seja enviado o regramento aqui através de PLCE, para tirar essa dupla interpretação que ficou na proposta inicial de que a Guarda Municipal não pode adentrar. Nós queremos que ela possa desempenhar o seu trabalho, acompanhada obviamente, nessas fiscalizações específicas, pelos fiscais daquela área, mas precisamos deixar claro aqui uma maneira de traduzir. Se for derrubada a restrição da redação da Emenda nº 13, ela não permitirá que a Prefeitura amplie essa capacidade da fiscalização da Guarda Municipal, deixando claro que tem especificamente as funções dos fiscais, seja sanitário, etc. A limitação imposta pela emenda contraria a questão que o Carús citou aqui, os ditames da legislação federal para as Guardas Municipais, que é a Lei Federal nº 13.022/14 que padroniza, no País, as Guardas Municipais. Caso o veto seja mantido, o Governo se compromete então a enviar aqui – vou deixar muito claro – um PLCE para ampliar as competências da Guarda Municipal com cuidado especial se tratando de atuação, fiscalização regular em ambientes privados. Então a gente pede que consigamos manter; senão, vamos ter essas ampliações da Guarda Municipal reduzidas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica, colegas Vereadores e colegas Vereadoras, só quero avisar aqui aos defensores do Governo, especialmente ao Moisés que tem tido um grande diálogo com a gente, mas aqui ninguém é ingênuo. Essa proposta é de uma clareza meridiana para quem sabe ler nas entrelinhas. Essa proposta diz o seguinte: Guarda Municipal faz tudo! Tudo! Não precisa mais ter veterinário, gasta muito. Para que veterinário para ir lá no bar, no boteco fiscalizar? Não, o guarda faz. Qual é o nível de um veterinário? Nível superior, certo? E da Guarda Municipal? Eu disse para a Guarda Municipal aquela vez aqui: estão engambelando vocês. Vocês não podem transpor de um nível para outro porque o concurso de vocês foi feito para nível “x”. Não me recordo exatamente o número agora, afinal de contas, a gente não precisa saber tudo, precisa saber o que consta, o que é a lei, o que é

competência de cada um. Ver. Alex e Robaina, está claro, claríssimo: vão contratar mais alguns guardas, vão responder um pouco à pressão da Câmara e eles fazem tudo. Eles vão fiscalizar cocô de cachorro, o cara que despejou o lixo fora do lixo, o cara que misturou o lixo domiciliar com o lixo seco. Eles vão entrar no bar e fiscalizar se alguém faz uma denúncia de que tem um problema de sanidade animal ou vegetal. Eles vão fazer tudo, ou seja, farão tudo e nada ao mesmo tempo.

Nós temos problemas gravíssimos, que afrontam o patrimônio público. Se nós colocarmos uma Guarda no Centro, caminhando na Borges até o Centro e voltando, acaba o vandalismo no Viaduto Otávio Rocha.

Quanto nós gastamos por mês e ano para recuperar as lâmpadas do Viaduto Otávio Rocha? Quanto? Esta é que é a questão primordial. Isso é que a Guarda tem que fazer. A Guarda tem que ter carro. Ganhou de graça agora. Vou louvar os empresários que conseguiram R\$ 14 milhões e deram carros para a Guarda, equiparam a Brigada, etc. e tal. A Prefeitura não se mexeu. Nós, aqui, aprovamos uma emenda no orçamento. O Prefeito vetou, e nós derrubamos o veto. Não foi isso? Vamos resolver as questões.

Aqui ninguém está dormindo no plenário, ninguém está desatento. Aqui, a gente sabe ler nas entrelinhas. A gente sabe qual é o recado que o Prefeito está dando. Este veto tem que ser derrubado. Em primeiro lugar, porque a Guarda Municipal pode agir com o seu poder de polícia administrativa em praticamente tudo. Não vai poder lavrar um ato de sanidade vegetal e animal, porque isso é competência de veterinários, de médicos, de pessoas que fizeram concurso para a Vigilância Sanitária. Tirando isso, podem fazer praticamente tudo.

Quando eu fui Secretário, Alex, não tínhamos convênio com a Brigada, e fizemos uma arrumação no Centro de Porto Alegre. Não tiramos ninguém a *manu militari*, como alguns inventaram aí. Nós organizamos, nós coibimos a venda de produtos pirateados, falsificados, contrafeitos, etc. e tal. Organizamos horários, organizamos espaços, e fizemos a coisa funcionar. Não é esta bagunça que tem hoje na Cidade, que você vende hortifrutigranjeiros a qualquer hora do dia e da noite, sabendo que são quatro pessoas que são os fornecedores, que estão quebrando o Mercado Público, estão quebrando o horto da Parobé, estão quebrando aquelas banquinhas amarelinhas. Então, este veto não pode, é um veto equivocado e o destino os senhores e as senhoras já sabem, eu já avisei: o guarda, depois, faz tudo; e quando a gente quer que faça tudo, ele não faz absolutamente nada, o caos chega. Vamos fazer valer o que é certo, portanto vamos derrubar o veto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Nesse caso, falo especialmente em atenção ao que mencionou o colega Ver. André Carús, o que se quer é que a Guarda

possa... Isso está muito claro, foi inclusive expressão do Executivo Municipal e é objeto de conversa com o ex-Líder do PMDB, Ver. Idenir Cecchim, já agora em outra atividade. Qual a intenção aqui? Em primeiro lugar, é permitir que a Guarda Municipal, ao estar na rua, verificando uma infração administrativa no espaço público ou mesmo num espaço privado possa autuar, de imediato. Por exemplo, o Guarda Municipal detecta que está sendo despejado lixo num terreno baldio, que é privado. Ora, o que é que faz o Guarda Municipal hoje e se derrubado o veto continua valendo? O guarda municipal não pode ele mesmo autuar, ele tem a chamar a autoridade competente, no caso o meio ambiente, que tem uma lista infundável de denúncias que não consegue atender, e, obviamente, se perde o esforço...

Vereador André Carús (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nesse caso, já que V. Exa. cita um exemplo de um terreno baldio, isso é a Lei Complementar nº 728, Código de Limpeza Urbana. O Guarda Municipal não precisa chamar o agente de fiscalização do DMLU, por exemplo; ele precisa lavrar um termo de constatação, cujo decreto foi publicado em fevereiro de 2014, que é a instrução para uma futura punição. Então, é isso: existe um termo de constatação para que outro fiscal faça o processamento da autuação.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Agradecendo pelo aparte de V. Exa., vou adequar o exemplo para um guarda que, andando na rua, constate que o estabelecimento está aberto além de seu horário de alvará, por exemplo. Tarefa específica da antiga SMIC, hoje Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico. De novo, uma infração cometida num espaço privado, porque é do bar para dentro, não pode o policial da Guarda Municipal fazer nada, ele deve chamar a SMIC. E bem mencionou o Ver. Carús, já não consegue dar vencimento da demanda de fiscalização que há hoje com os ambulantes, muito menos com o comércio localizado. Isto é, o objetivo do veto é incluir a Guarda Municipal, envolver esses guardas que já estão na ativa no Município de Porto Alegre nesse tipo de fiscalização. Ao ser derrubado o veto, mantida a emenda, o que passa a acontecer é que se perde essa força que é remunerada pelo Município e se esvazia novamente a função da Guarda Municipal para ser uma mera chamadora da fiscalização ordinária. Qual é o problema? E bem menciona o Ver. Carús que hoje há áreas da cidade onde há, inclusive, dificuldade para se caminhar na rua em razão da presença de ambulantes. O Município tem 17 fiscais de ambulantes. Haveria, Vereador, que averiguar por que se baixou de 130 e tantos em outro momento para 17 agora? Mas isso de fato aconteceu. Há uma dificuldade que a Guarda pode e deve ajudar a suprir. Para isso é necessária a manutenção do veto. Há uma constatação, reconhecida pelo Governo, de que seria importante melhor reger a atuação da Guarda, para que ela, não é intenção do Governo, entre no estabelecimento, bem mencionou o Ver. Moisés, vá ao *freezer* verificar a manutenção de alimentos, ou que faça uma autuação de ordem fiscal, por exemplo. Obviamente que não é essa a intenção e nisso o Governo se compromete, como se comprometeu com o Ver. Cecchim, como se compromete novamente, repetidas vezes, em conjunto com os Vereadores, a produzir

uma norma que melhor regre isso, para que melhor tenhamos definida a atuação da Guarda Municipal. Bem definida, mas existente. Se for derrubado o veto, ela será inexistente. Não há o que melhor definir. Mantido o veto, a Guarda atua nesses casos, ajuda a reprimir a situação da informalidade, não só do comércio ambulante, mas também os repetidos descumprimentos do comércio localizado, por exemplo. Há questões, também no espaço público, que a Guarda pode, sim, ajudar a fazer a fiscalização - para concluir, Sr. Presidente -, a partir da manutenção desse veto e se envolver, e o Governo melhor explicita os limites para isso, o que poderia, inclusive, fazer por decreto, mas se comprometeu, inclusive, a mandar um projeto para que nós analisemos. Então é urgente e necessário que a Guarda possa participar, diretamente, do esforço de fiscalização do Município. É urgente e necessário, porque há poucos fiscais, e a Guarda precisa ter condição de atuação. É o que ouvimos de vários agentes da Guarda Municipal, que estão na rua, sem poder para agir e, ao verificar uma infração, não conseguem agir, porque não têm pleno poder de polícia administrativa. Então, neste caso, nossa discussão é no sentido de manutenção do veto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE 006/17, com Veto Parcial.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente, quero falar da manutenção dessa emenda, portanto da derrubada do veto, num outro aspecto. Quando nós fizemos o debate da Guarda e da ampliação das funções da Guarda, eu repeti, algumas vezes, que entendia que havia um equívoco de encaminhamento de política de atuação da Guarda Municipal. Muitos de nós votamos contra a punição de movimento sociais, contra ações ostensivas, contra movimentos sociais, e foi, infelizmente, o caráter que esta lei adquiriu, mas principalmente, porque a Guarda passou a compartilhar e sombrear ações, tanto da fiscalização, quanto da ação ostensiva da Brigada Militar. E para um Município, cujo Prefeito alardeia crise econômica brutal, insuperável e intransponível, assumir tantas funções é questionável. Mas eu acho, principalmente, porque o Município é o único ente que está presente em todo o seu território com políticas públicas. Vocês não vão encontrar uma ação de funcionários do Estado, lá na Timbaúva, lá na Wenceslau, lá na Restinga, diretamente com a população. Vocês vão encontrar o Município com suas políticas públicas, vão encontrar os professores, os médicos, as enfermeiras, as assistentes de saúde, agentes de saúde, as assistentes sociais da FASC. E lá estão submetidos à violência das comunidades. As escolas que eu estou visitando não têm mais Guarda Municipal, nem durante o dia, e, durante a noite, como são pouquíssimos, se eles têm uma licença-prêmio – que, aliás, estranho, pois estão concedendo licença-prêmio, mas professores e outros funcionários não conseguem –, se eles têm férias, já não tem guarda à noite. Eu visitei a Mariano Beck, e como lá não tem guarda de manhã e de tarde, o Vice-Diretor da escola é que fica fazendo toda a vigilância da escola, seja no portão de baixo, no portão de cima,

abrir portão, cuidar dos meninos que entram, invasões constantes na escola, pedaços de muros retirados, ex-alunos, jovens da comunidade que saltam muros e entram... Cadê a Guarda Municipal, com cem professores, oitenta professores atuando ali, com mil e tantos alunos entrando e saindo, sendo atendidos, precisando de proteção, onde está a Guarda Municipal? É um equívoco! A emenda do Ver. Cecchim, Carús, Mendes assinou junto, restringe a atuação da Guarda, e nós apoiamos, porque os guardas têm que garantir aos professores da Secretaria de Esportes, aliás, da ex-Secretaria dos Esportes, Ver. Bosco, que estão no Centro Comunitário, daqui a pouquinho salta um criminoso dentro do centro comunitário, porque não está a Guarda Municipal. A Guarda Municipal nasceu para garantir o Próprio e o serviço público, é um equívoco esta guinada que o Prefeito está dando de colocar a Guarda Municipal fazendo a função do Estado, responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul e descumprindo de forma criminosa a função pública do serviço público. Não é possível! Na Escola Pessoa de Brum, no ano passado, teve um tiroteio gravíssimo e, esses dias, aconteceu de novo, as crianças foram deslocadas do bloco de trás, a diretora da escola ligou para a Guarda, que não podia ir lá e se deslocar porque estava acompanhando o Prefeito inaugurando a clínica da Família no Hospital Restinga. É tão pouca Guarda Municipal que nem a tal da ronda, se tem uma atividade, Ver. Moisés, o Prefeito estava ali no Hospital Restinga e o tiroteio pegando ao lado da Escola Pessoa de Brum, com crianças, jovens e adolescentes. O chefe da Guarda disse: “Não posso deslocar, só tenho guardas que estão acompanhando o Prefeito no Hospital”. Acho que tem que acompanhar o Prefeito, estou aqui fazendo a defesa de que acompanhe o serviço público. Acho equivocado ampliar desse jeito a função da Guarda e abandonar as funções de educação, saúde, assistência, que estão na periferia sob fogo cruzado, sem guardas para acompanhar o serviço público, cuidar o patrimônio público e do servidor público e os cidadãos e cidadãs que estão sendo atendidos por aquele servidor público. Que é isso que está acontecendo na cidade de Porto Alegre? Por isso, nós vamos manter o veto, e por isso entramos com ADIN, várias ADINs estão dando entrada para esta lei que é uma distorção, é um equívoco, não tenha vigor pleno em Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham as nossas discussões na tarde de hoje, público que nos assiste pela TV Câmara, Vereadores e Vereadoras, eu subo no período de discussão pelo meu Partido, PSOL, portanto, falando em nome do Ver. Roberto Robaina, da Ver^a Fernanda Melchionna, para fazer a nossa discussão na votação desse veto pela rejeição. Nós entendemos que a emenda protocolada a esse projeto de autoria do Ver. André Carús e Ver. Idenir Cecchim é meritória. Infelizmente, o projeto que veio a esta Casa, que foi debatido, que foi votado, pela Câmara de Porto Alegre, transformava a Guarda

Municipal em uma espécie de “bombril”, no sentido figurado obviamente: mil e uma atribuições para os guardas municipais, uma grande quantidade de legislação, porque o escopo jurídico para as atribuições novas de fiscalização que foram incumbidas agora, a Guarda Municipal, ela é monstruosa, monstruosa. Há uma grande quantidade de leis, resoluções que agora devem ser atribuições dos guardas municipais terem plena consciência. Se o guarda municipal, esse novo “bombril” da fiscalização pode ser jogado em quaisquer atividades de fiscalização no Município de Porto Alegre, sejam essas na área de saúde, na área de meio ambiente ou na área de cuidado e zelo com relação às questões de lixo urbano; ora, pois, temos aí um profissional que deverá ter uma grande capacidade de memorização para não incorrer em erros nessas novas atribuições, porque existem algumas dessas áreas que são muito particulares, que apresentam especificidades muito detalhadas e que o escopo jurídico foge da alçada da maioria dos reles mortais, Ver. Aldacir Oliboni. É leviana a postura de alguém que acredita que um desses servidores poderá correr toda a Porto Alegre com atribuições múltiplas, caneteando estabelecimentos comerciais, clínicas de saúde, empresas, restaurantes, supermercados, fazendo as atribuições de fiscalização na área ambiental, que também tem as suas minúcias, os seus detalhamentos, as suas particularidades. Portanto, transformar a nossa Guarda Municipal em agentes de fiscalização, com todo esse rol de atribuições, é terrível, é desumano. Vamos aprofundar um pouco essa discussão no quesito dos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Que tipo de eficiência o Sr. Prefeito desta Cidade e a sua equipe pensam em dar à fiscalização, sobrecarregando os servidores, obrigando-os a tomar ciência de um grande conjunto de leis, o que sequer é atribuição dos próprios agentes de fiscalização, que, muitas vezes, são lotados em uma Secretaria e têm tempo para se preparar e estudar para aquela área em especial se forem trocados de Secretaria, vão se dedicar a uma outra área. Portanto, eu lamento essa postura e encaminho mais uma vez pela rejeição desse veto que não dialoga com o bom senso e com a sensibilidade de que os guardas municipais só têm a perder. E nós precisamos de mais segurança nesta Cidade. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal o PLCE nº 006/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 15 votos **SIM**, 11 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto Parcial.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. André Carús. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0823/17 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 084/17 –, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que define as obrigações de pequeno valor, para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, assegura prioridade às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no pagamento de créditos referentes a essas obrigações e dá outras providências.

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Adeli Sell: pela rejeição do Veto Total;

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 11-04-18 (quarta-feira).

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 084/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, colegas Vereadores, prestem atenção nas coisas bem singelas que vou colocar. Em qualquer momento, temos que sempre estar atentos à Constituição Federal, que resguarda os direitos, especialmente hoje das pessoas mais vulneráveis: crianças, adolescentes e, de modo muito especial, os idosos. Depois veio o Estatuto do Idoso que reforçou todos esses elementos da pessoa de mais idade. Hoje, nos tribunais, há uma preferência para julgamento de processos de pessoas com mais idade. Se você for hoje no JEC, nas Juntas Cíveis, com uma demanda, por exemplo, de consumidor, em menos de 30 dias, Paulinho Motorista, as pessoas idosas são chamadas antes de todo mundo. E é uma contradição, Moisés, eu não entendo o porquê do veto. A Prefeitura criou uma Câmara de Mediação e Conciliação. No ano passado, foram feitas poucas mediações sobre precatórios; foram feitas cinco. Mas é que a Câmara de mediação começou há pouco na PGM. Então, é mais um motivo de nós referendarmos a proposição do Ver. Alvoní, porque nós vamos estar nos colocando em consonância com a Constituição Federal, com o Estatuto do Idoso e com o procedimento que a própria Prefeitura começou a realizar – e que eu louvo –, que é a Câmara de Mediação para pequenas questões. A

Prefeitura está evitando que o sujeito, Carús, que por alguma razão foi cortar grama e uma pedra voou, porque não teve anteparo e quebrou o vidro de um carro, por exemplo. Então é feita mediação; são pequenos valores. O Vereador não está propondo que a Prefeitura pague um precatório de milhões de reais, não está propondo pagar precatórios de disputa judicial na Prefeitura de um rico da Cidade. Não, ele está falando em pequenos valores e, quando nós falamos de pequenos valores na Justiça, são de 40 salários. Então, gente, o que a Prefeitura poderia poupar de tempo, de energia e de dor de cabeça porque as pessoas vão judicializar e a Prefeitura vai gastar muito dinheiro, tempo, energia em processos judiciais de pequeníssimos valores, pois o que tem de servidor que tem restos a receber... Falo restos porque, convenhamos, são merrecas, é pouca grana. Então, eu queria chamar a atenção de todas as bancadas, principalmente, das maiores aqui da Casa para que atentem a isso; não só para o Moisés Barboza, que é Líder do Governo, mas para a bancada do PMDB, que tem cinco Vereadores, a bancada do PTB que tem quatro Vereadores, o PP tem quatro Vereadores. Enfim, atentem que a proposta do Ver. Alvoni Medina é de uma singeleza impressionante, pequenos valores. Nós temos que pensar que são pessoas idosas, que trabalharam, que têm necessidades, que poderiam receber esses pequenos valores. Afinal de contas, vamos ser claros, não tem gavetinha no caixão, a pessoa morreu, morreu. Vão ficar essas merrecas para os familiares ficarem brigando, enquanto a pessoa não tem dinheiro para comprar remédio, não tem dinheiro para ter um bem-estar adequado no final da sua vida. Portanto, o Ver. Medina tem o nosso apoio, fui o relator, conclamo todos os colegas a derrubar esse veto porque é uma questão de singeleza, de justiça para os idosos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 084/17, com Veto Total.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PMDB): Boa tarde, Presidente Valter, colegas. Ouvi atentamente as ponderações do colega que me antecedeu e gostaria de responder no mesmo nível de discussão sobre o regramento federal. Quero deixar muito claro que a intenção, obviamente, é a melhor. Todos nós queremos, defendemos as ideias que beneficiem as pessoas idosas nos momentos mais variados, porém, tenho aqui a resposta de por que pedimos a atenção das Vereadoras e dos Vereadores para manter esse veto, que é pura e simplesmente o próprio regramento federal ao qual o Ver. Adeli diz que nós temos que nos atentar. Então, Ver. Adeli, estamos atentos às regras federais. A proposta tem grave vício de iniciativa, certamente, ela vai ter, independentemente do resultado aqui, o questionamento de inconstitucionalidade, por um motivo simples: a Constituição Federal, em seu art. 61, no Parágrafo 1º, deixa claro, e também na nossa Lei Orgânica, que isso é uma iniciativa que não pode ser do legislador municipal, porque ela é orçamentária. Segundo: o

regramento das RPVs está previsto na Constituição Federal, e a definição das obrigações de pequeno valor, que é o caso, não pode ser feita por instrumento infralegal. Na realidade, o pagamento dos precatórios está definido no art. 100 da Constituição Federal. O único prazo que existe é o de 60 dias para quitação. Já existe a prioridade para credores com 60 anos, é só verificar, nesse artigo, o § 2º. Se o veto for derrubado, a gente vai determinar que a Prefeitura institua um decreto, o montante das obrigações de pequeno valor, a impossibilidade, como já foi dito... Se for mantido o veto, a proibição, nós vamos ter, na realidade, o respeito à Lei Orgânica protegido, e o pagamento das RPVs vai se dar conforme o regramento da legislação federal, o que, na realidade, é um pedido de um Vereador que nos antecedeu. Estamos muito atentos às leis federais, estamos atentos e pedimos, por causa desses motivos óbvios, que se mantenha o veto, apesar de termos a total certeza de que a proposta apresentada pelo Ver. Alvoni é carregada de preocupação e boa-fé para a faixa etária dos idosos. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação o PLL nº 084/17, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a matéria, como autor.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Presidente Valter Nagelstein e demais colegas Vereadoras e Vereadores; a ordenação processual, combinada com o Estatuto do Idoso, estabeleceu e ampliou o tratamento especial aos feitos judiciais em que figuram, como partes, pessoas idosas, conferindo-lhes prioridade em relação aos demais. Entretanto, pouco adianta essa prioridade no trâmite processual, se esse privilégio não prevalecer além da situação propriamente dita, devendo estender-se ao pagamento dos créditos por precatórios decorrentes dessas demandas judiciais. O que se prevê neste projeto é que dentro de cada uma dessas praxes se dê prioridade ao pagamento de créditos, cuja titularidade seja de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Essas realizações foram conquistadas, obtidas gradativamente através das políticas públicas aplicadas aos idosos. O presente projeto de lei vem apenas complementar essas diretrizes. Estaremos preservando a prioridade destacada pelo Estatuto do Idoso, que garantiu, constitucionalmente, a esses cidadãos, que em muito já contribuíram e ainda têm muito a contribuir com a nossa sociedade. O deferimento dessa preferência constitucional sugere tão somente a inclusão do crédito a ser adimplido em lista preferencial, a ser pago sobre o procedimento de todos os demais créditos. Então, nobres Colegas, de que adianta durante anos essas pessoas terem os seus direitos garantidos, e agora, quando idosos, ficarem em último lugar para recebê-los? Então, apenas para que o nome deles esteja na lista de pagamentos como prioridade, como já o Estatuto do Idoso garante a esses indivíduos que têm contribuído muito para a nossa sociedade e continuam contribuindo. Peço aos nobres Colegas a aprovação deste Veto, porque os nossos idosos têm que ficar, não em último, mas numa

lista, tendo os seus direitos garantidos, como o próprio Estatuto do Idoso garante. Agradeço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Alvoní Medina.

Em votação nominal o PLL nº 084/17, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 15 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze Vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 17h30min:
Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2918/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 321/17 –, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui homenagem às mulheres vítimas de feminicídio no Município de Porto Alegre, constituída por um monumento com memorial.

PROC. Nº 3227/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 068/17 –, de autoria da Ver^a Sofia Cavedon, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Floduardo Bianchi Damasceno.

PROC. Nº 0387/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/18 –, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Erno Harzheim.

PROC. Nº 3174/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 369/17 –, de

autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.675, de 13 de outubro de 1995 – que trata da afixação pública dos preços das embalagens distribuídas gratuitamente pelos estabelecimentos comerciais.

PROC. Nº 3177/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 372/17 –, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.644, de 19 de julho de 1995 – que torna obrigatória a divulgação de telefones essenciais de utilidade pública em painéis e equipamentos publicitários de locação, e dá outras providências.

PROC. Nº 3175/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/17 –, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 8.391, de 23 de novembro de 1999 – que disciplina o uso de bicicletas nas praças e parques de Porto Alegre.

PROC. Nº 2854/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 314/17 –, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que obriga a comprovação de formação específica na área de radiologia, no mínimo em nível técnico, por operadores de equipamentos emissores de radiação ionizante ou campo eletromagnético usados para salvaguardar, inspecionar bagagens, irradiação ou produção e imagens radiológicas com a finalidade de inspeção de segurança e estabelece a esses operadores o uso obrigatório de equipamentos de proteção individual – EPIs.

PROC. Nº 3173/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 368/17 –, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 7.236, de 20 de janeiro de 1993 – que estipula obrigação na comercialização e entrega de gás liquefeito de petróleo (GLP) – e dá outras providências.

PROC. Nº 0355/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 023/18 –, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Angelo Domingo Pretto, fundador do Moinho Estrela.

PROC. Nº 3176/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 371/17 –, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 11.745, de 19 de dezembro de 2014 – que obriga os estacionamento e as garagens a informar, em tempo real, por meio de dados abertos na internet, o número de vagas disponíveis e o preço do serviço e dá outras providências.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2985/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 331/17 –, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus municipais.

PROC. Nº 3172/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 367/17 –, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui o evento Festa Romaria Portuguesa no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, eu venho à tribuna em razão do que disse a Ver.^a Sofia Cavedon, novamente, sobre o tema do ex-Presidente, preso, Luiz Inácio Lula da Silva. Primeiro, quero pontuar um aspecto muito rapidamente: em breve, virão as condenações de vários outros agentes políticos de todos os partidos, inclusive do meu, e que torço para que todos aqueles que sejam condenados cumpram a pena e paguem pelos seus crimes – todos! Dito isso, dizer que foi uma injustiça a prisão do Lula da Silva é ignorar o básico dos fatos que o Brasil está vendo, assistindo. Em primeiro lugar, Lula foi réu como outros tantos – 123 pessoas já cumprem pena em razão de condenações da Lava Jato. Só do PT já foram presos André Vargas, Delúbio Soares, João Vaccari Neto, José Dirceu, Palocci, José Genoíno, Lula, João Paulo Cunha, Paulo Ferreira, Delcídio do Amaral... Só do PT; há, claro, de outros partidos.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Podemos citá-los, claro, e quero mais que todos os presos... Agora o PT reclama que não há presos de outros partidos, porque condenados não foram e, por isso, enquanto não se condenar mais ninguém não se pode prender o Lula. Só que há 123 presos da Lava Jato, de todos os partidos, mas a prisão do Lula é uma injustiça. Lembro também que o PT, que agora diz ser uma injustiça prender o Lula porque Léo Pinheiro o denunciou em delação premiada, o PT, durante as eleições de 2014, no debate, os dados do Spotniks, usava delação premiada para atacar Aécio Neves. Em fevereiro de 2016, um deputado petista pede que a Câmara ouça denúncias feitas por delator premiado contra José Agripino Maia, aí valia a delação premiada. Em março de 2016, bancada do PT pede que Aécio seja investigado por conta das delações de Youssef – aí valia a delação premiada. Em maio, o Partido dos Trabalhadores pediu que fosse feita denúncia por razão da delação premiada no cartel do metrô de São Paulo. Em 2013, Dilma sanciona a Lei da Delação Premiada – talvez ela não imaginasse que fosse valer contra Lula. E mais: contra Lula e contra outros 123. Agora essa delação premiada deve ter sido uma invenção, Léo Pinheiro da OAS está devolvendo dinheiro para a União, milhões de reais, provavelmente porque não gosta do Lula. As construtoras, a Odebrecht pagou multa, uma delas pagou uma multa de R\$ 1 bilhão, provavelmente por uma invenção, isso nunca aconteceu. O Léo

Pinheiro, Presidente da OAS, vai visitar um apartamento com o Lula, que ele não comprou. A Dona Marisa pediu para trocar a piscina de lugar para fazer mais um dormitório, para fazer uma cozinha sob medida, mas ele jamais pretendia usar esse apartamento. Que espécie de fantasia é essa na qual o julgamento de Lula foi uma injustiça? Há mais e mais aspectos que poderiam simbolizar a justiça disso. Outro aspecto é que Lula foi denunciado em nove casos, já é réu em sete, são 246 episódios de lavagem de dinheiro, dos quais Lula é uma vítima, claro, de um sistema feito para prendê-lo injustamente, uma perseguição política. Sendo que, desses nove casos, há casos fora de Curitiba. Então não é culpa do Moro. Lula é réu em 21 episódios de corrupção passiva, três de organização criminosa, quatro de tráfico de influência, e dois de obstrução de Justiça. Foi julgado, contratou a maior defesa que o seu dinheiro podia pagar, teve seu recurso julgado como qualquer cidadão teria. Teve um palanque privilegiado, caçoou da Polícia Federal, que ficou esperando que ele terminasse seu ato político para, enfim, prendê-lo. O Supremo Tribunal Federal, dos seis Ministros que votaram contra seu *habeas corpus*, cinco foram nomeados pelo PT. Ora, que perseguição política é essa de um réu de nove processos, de sete casos já em andamento, que foi condenado em 1.^a e 2.^a instância e que o Supremo Tribunal, com a maioria indicada pelo PT, negou-lhe o *habeas corpus* para que esteja hoje como merece: preso.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Ricardo. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, partido que é partido não se esconde, usa o nome. Estou falando em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, PT, do PT/RS, PT/POA, fundado em 10 de fevereiro de 1980. Governamos o Estado do Rio Grande do Sul por duas vezes, Porto Alegre, quatro vezes, o Brasil, com o Presidente Lula, duas vezes, com a Dilma, reeleita e tirada por um golpe parlamentar, como aconteceu em outros lugares da América Latina, tão comum os golpes tramados dentro dos Parlamentos. Se Lula não fosse o que foi e o que é, eu não teria lido na imprensa nos últimos dias, nem visto na televisão os inúmeros atos de protesto pelo mundo afora colocando em questionamento as decisões de um Juiz de 1.^a instância. De repente, no Brasil, um Juiz de 1.^a instância vira uma personalidade badalada por um único segmento da sociedade. Recentemente, eu li um livro com vários artigos de vários doutrinadores, juristas, advogados de primeira grandeza, colocando em questionamento o julgamento feito pelo Juiz Moro.

E eu achava que o meu colega, com quem tenho debatido em altíssimo nível, Ricardo Gomes, viria aqui colocar alguma coisa sobre julgamentos de 2.^a instância. Viria discutir aqui o que diz a Constituição Federal, de que nenhum réu pode ser considerado culpado sem uma sentença penal transitado em julgado – é a lei. Eu digo o seguinte para todos aqueles que debatem comigo: se quiserem mudar o que diz a

Constituição, o que diz o Código Penal, conversem com seus deputados federais, com seus senadores, mudem o Código de Processo Penal e mudem a Constituição Federal. Enquanto a Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, estiver válida... Inclusive, uma das coisas que eu posso dizer aqui...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): O Bosco, em boa hora, lembra um equívoco na minha opinião – já disse isto outras vezes, não sei se falo pelos colegas. Eu disse aqui, logo depois do julgamento do STF, inclusive fiz questão de fazer uma leitura do meu texto, hoje estou falando de improviso, sobre a nomeação dos Ministros do STF. O PT também erra. Errou, por exemplo, nas indicações, porque ficou com aquela ideia do ativismo jurídico do País embevecido com algumas teses construídas por Luís Roberto Barroso, que tem um livro de Direito Constitucional que V. Exa. conhece muito bem, magnífico, assim como é magnífico o livro também de Direito Constitucional de Gilmar Mendes; como teoria, como livro, é excelente. Gilmar Mendes fez a tradução do livro A Força Normativa da Constituição, de Hesse, que é brilhante; ele não usava, até recentemente, só foi recuperar a força normativa da Constituição agora, no último julgado. Quero lembrar aqui o Celso de Melo, em seu voto, as colocações que fez. Chamou para si todos os julgados anteriores, chamou toda uma série de jurisprudência, que me dão razão de que não há uma sentença penal condenatória transitada em julgado. Porque isso, como diz a Constituição, não é na 2.^a instância. E é por isso que nós estamos aqui debatendo. Gostaria que outros viessem aqui comentar, por exemplo, a pesquisa feita pela Data Folha ou por outros institutos, é uma pequena demonstração do valor, do peso político e de que todos estão dizendo das injustiças que estão sendo praticadas contra o ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Se fosse assim como alguns pensam, assim como V. Exa. expressou aqui, as coisas seriam totalmente diferentes. A questão do Léo Pinheiro, quando este disse que o Presidente era inocente, ele ia levar uma cana de 26 anos. Está escrito, tem decisão. Foi mudar de opinião e a sua condenação baixou para dois anos e meio. Para concluir, eu vou dizer o que diz o Professor Roberto Soares Garcia: “Ora, a delação sempre é um ato imoral e atético, já que a própria vida em sociedade pressupõe o expurgo da traição das relações sociais e pessoais. A quebra de confiança que se opera com a delação gera necessariamente desagregação, e essa traz a desordem que não se coaduna com a organização visada pelo pacto social e com a ordem constitucional legitimamente instituída.” Eu nunca vim aqui para defender os pressupostos da delação premiada, eu nunca vim aqui fazer essa defesa. Peguem as notas taquigráficas e nunca vocês vão ler, alguma vez, a defesa de delação premiada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Vereadores, eu não vou intervir na liberdade de cada um, mas a expressão, esse neologismo de golpe

parlamentar não existe. O Parlamento existe exatamente para isso. No sistema de pesos e contrapesos do Estado moderno, é função do Parlamento retirar o governante do Executivo quando o Parlamento compreende que assim deva ser. Se o nosso Parlamento compreender, num determinado momento, que tem que retirar o Prefeito de Porto Alegre, terá sido golpe parlamentar também? Todos os Parlamentos que retiraram os governantes fizeram golpe parlamentar? Não. É o exercício da prerrogativa do Parlamento.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Vereadores e Vereadoras, acho que é um bom diálogo que se faz aqui, Ver. Ricardo Gomes, e que bom quando é um diálogo desapassionado no sentido de não ser um diálogo de intolerância ou de aniquilamento do outro.

Eu entendo, Presidente, que sim, o Parlamento é maior, inclusive, do que os Executivos; é responsabilidade dele analisar as contas dos Executivos e proceder a algum tipo de *impeachment*, de impedimento. Hoje, por coincidência, em Caxias, neste momento, ocorre a avaliação do Prefeito de lá e, provavelmente, inclusive com votos prováveis do PT, não haverá impedimento. Há uma avaliação séria de fato por fato, discussão, porque não podemos banalizar este instrumento. Não podemos. E devemos utilizá-lo com a gravidade que tem, gravidade de representar o Prefeito à vontade majoritária da população.

Sobre o tema da delação premiada, sim, foi a Presidente Dilma que sancionou. Sim, as novas medidas contra a corrupção que modificaram o cenário e que viabilizam uma operação como a Lava Jato são todas medidas do Governo Lula e Dilma em relação à corrupção. De empoderamento do Ministério Público é Governo Lula e Dilma; autonomia do Procurador-Geral da República, Adeli, é, sim, de Lula e Dilma, com equipes de trabalho, com tecnologia e com financiamento. A Polícia Federal é uma antes de Lula e outra depois de Lula. A Polícia Federal tinha como 30, 40 operações na época FHC, e passou para 500 no período Lula e Dilma, equipados com alta tecnologia. Nós nunca tememos; ao contrário, trabalhamos para que o Brasil tivesse instituições fortes. O que nós estamos tendo é uma extrapolação. Este gráfico mostra que o dirigente da OAS Léo Pinheiro na primeira delação... A primeira delação dele foi travada, não foi aceita, foi uma delação quando ele estava condenado a 16 anos. Ele inocentou o Presidente Lula. Está lá a foto dele, Lula é inocente.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Cassiá, eu sei. Cassiá, eu te respeito muito, mas o PP tem muitos implicados na Lava Jato e nenhum preso. O Léo Pinheiro mentiu? Muito bem, ele mentiu, ele continuou preso; em 2016, de novo, depois que ele não fez a delação que incriminasse Lula ele teve a sua pena alterada de 16 para 26 anos. Aí, a nova delação, depois de um ano mais preso, aí ele incriminou o Lula, mas

não prova, não tem vídeo, não tem mala de dinheiro, não tem. Não tem escritura na mão do Lula. Não tem nada! Ele roubou para ele. E ele, ao incriminar Lula, leva como prêmio baixar a sua pena de 26 para dois anos! Prestem atenção nessa sequência histórica. Isso se chama tortura na prisão para obter informação. Isso acontecia na ditadura militar. Os presos eram torturados até dizerem o que os torturadores queriam que dissessem. E Léo Pinheiro fez o que a Lava Jato, o que o Juiz Moro queria que fizesse, aí recebeu um prêmio de 24 anos a menos na prisão para incriminar Lula e não provar.

Ah, o Ministério Público – que Lula tanto prestigiou, equipou e deu autonomia – fez um PowerPoint e disse: “Eu não tenho provas”. O Ministério Público disse, não somos nós que estamos inventando! “Mas eu tenho convicção” – essa foi a fala do Ministério Público. O Lula foi condenado por convicção. Nós somos contra condenar por convicção, a Constituição Brasileira é contra condenar por convicção; é preciso provas. Ao réu a presunção de inocência; portanto, ao acusador o ônus da prova. E não foi provado, foi obtido o depoimento de um criminoso encarcerado, que, como vocês dizem, devolveu milhões, porque esse roubou, sim! O Léo Pinheiro roubou, sim! Criminoso, encarcerado, que, na segunda delação, para ganhar 24 anos a menos de pena, então, incriminou Lula.

Bom, gente, o Lula está no coração do povo brasileiro, ele continua no alto das pesquisas, nós achamos que a justiça será feita, deverá ser feita, porque essa delação tem que ser anulada, porque não há provas. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Presidente Valter Nagelstein, rapidamente, eu estou usando o tempo de Liderança do PSDB para falar de um assunto importante que está acontecendo na Cidade, mas que também tem algumas participações dessa política triste que determinadas legendas acabam fazendo. Eu quero deixar claro que nós estamos tendo um grave problema na sede do CRIP da Lomba do Pinheiro. Nós temos lá uma estrutura que está correndo o risco, inclusive, de cair, que não tem a menor condição de se fazer um belo trabalho, um belo atendimento à população. Estamos sem luz, Ver. Cassiá, sem condições mínimas de trabalho onde o CRIP da Lomba do Pinheiro funciona. Eu quero, objetivamente, dizer que a Praça Céu, da Lomba do Pinheiro, que tem um problema que os Vereadores já sabem, um problema que está sendo tratado, porque o construtor abandonou aquela obra, e esta administração, o Governo Marchezan, judicializou, inclusive quem abandonou aquela obra. Essa administração, através de um esforço dos gestores do CRIP, da EPTC conseguiu um telamento, um cercamento da obra que, infelizmente, sofre com os vândalos. E eu quero deixar claro, não é o Prefeito Marchezan que vai lá quebrar vidro, roubar ar-condicionado, etc. Nós temos uma degradação grande naquele ambiente e,

infelizmente, não temos condições, o que vai fazer com que essa administração temporariamente faça o atendimento lá no Partenon, lá no terminal da Antônio de Carvalho. Mas, Ver. João Bosco Vaz, é temporário até a administração encontrar um lugar decente na Lomba do Pinheiro, porque vai procurar arranjar uma sala de aluguel para fazer esse atendimento. E vai concluir essa obra, que será concluída por essa administração, da Praça Céu, e também devolver com condições para o CRIP da Lomba voltar a atender ali na sede também os conselhos, o conselheiro tutelar lá da Lomba que está ainda utilizando um espaço alugado. E eu quero fazer uma crítica aqui, porque tem um Conselho Popular da Lomba que, para mim, infelizmente, se preocupa mais em ser do PT do que ser da Cidade. Porque eu já pedi, encarecidamente, em rádio, tv e pessoalmente para ser convidado para alguma reunião do Conselho Popular da Lomba, que de popular eu vou ter que questionar, porque eu, apesar de ser um Vereador com atuação na Zona Leste, nunca sou convidado para sequer uma reunião, Ver. Ricardo Gomes, do Conselho Popular da Lomba, que já está nas redes sociais dizendo e acusando o Prefeito Marchezan de tirar o CRIP de lá, da conquista histórica. Isso não é bem assim. Então, estou dando transparência ao assunto. Sobre aquilo que foi dito pela Ver.^a Sofia, pelo Ver. Adeli do PT, eu preciso dizer, aqui, no final dessa parte aqui que faço para falar da Lomba do Pinheiro, que essa questão ... Eu vou ser objetivo na pergunta. Eu nunca vi um legislador de Porto Alegre subir aqui e passar daqui do meio da garganta a seguinte frase: se ele roubou, se ele foi condenado por corrupção, se ele for condenado, se ficar provado que ele roubou, que o sítio era dele, que o apartamento estava sendo preparado para ele, se é isso - porque o legislador do PT, não vem aqui dizer quero que ele esteja preso, quero que o Lula esteja preso. Se ele roubou, se for comprovado, se ele for condenado, como já foi, eu quero que o Vereador suba aqui e diga: roubou ou não roubou? Participou de tramoia ou não? Diz! Suba aqui um Vereador do PT e diga isso. Suba aqui e diga. Porque nós, ao contrário desse partido... Para mim não tem corrupto de estimação, se o Aécio Neves tiver culpa no cartório, tem de ser algemado e preso. Todos, não interessa de que partido for. Lugar de corrupto é na cadeia, mas, infelizmente, os defensores do PT querem dizer que o Lula está no coração do povo. Ver.^a Sofia, Barrabás também estava no coração do povo, por isso Cristo foi crucificado. Obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado. Por falar, Ver. Moisés, o Senhor que é o Líder do Governo, em prédio caindo, tem um prédio, na esquina da Riachuelo com a Marechal Floriano Peixoto, e eu já falei, mil vezes, que vai cair. Já pedi providências, vai cair qualquer dia desses, e a responsabilidade, vou deixar bem claro aqui, é de quem está governando a Cidade, de quem não toma providências no sentido de, se for o caso, fazer uma demolição do prédio para salvaguardar a vida das pessoas. Aquilo está em risco, não tem mais calçadas, não tem nada ali. Então, fique registrado que neste dia, 16 de abril de 2018, mais uma vez, foi falado aqui na Câmara

que o prédio da esquina da Marechal Floriano Peixoto com a Riachuelo está em vias de cair.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado Presidente, agora comecei a entender. O Lula construiu casas populares, ele fez isso, fez aquilo, então ele nunca pode ser preso por atos de corrupção, mesmo que os tenha cometido e estejam provados. Pelo menos é isso o que eu compreendi. Outra coisa é a seguinte: o problema é que o Léo Pinheiro estava preso quando dedurou Lula. Essa ética entre ladrões é complicada. Ele estava preso, então ele ou foi torturado, ou ele quis reduzir sua pena, e por isso a gente não deve nem olhar os *e-mails* que foram apresentados, as trocas de mensagens, que estão nos autos, de WhatsApp combinando visitas ao apartamento com a madame, com a primeira dama, para arrumar o apartamento. A gente não pode sequer falar da planilha que a construtora mantinha com a conta corrente da propina. Nós temos que fingir, fazer de conta que não sabemos, que não está documentado que Antônio Pallocci negociou, que Paulo Okamoto negociou com o representante da OAS, porque foi Paulo Okamoto, junto com Vaccari, o tesoureiro do PT, quem combinou de debitar esse apartamento, esse triplex, na conta da propina do PT. Agora o Lula foi lá, ganhou o triplex e não lhe ocorreu perguntar quem estava pagando. Ele ganhou um sítio, mas nunca lhe ocorreu perguntar por que um amigo que nunca vem à Atibaia comprou um sítio e nunca veio aqui, e sou eu que uso. A adega do Lula estava lá, os pedalinhas têm os nomes dos netos dele, o avental de cozinhar da D. Marisa estava lá. Nunca lhe ocorreu perguntar de onde saiu o terreno do Instituto Lula, nunca lhe ocorreu perguntar? Será que este homem tão probo recebia coisas e não indagava, será que é nisso que o PT quer que acreditemos, que houve uma grande conspiração para dar um apartamento, um sítio, um terreno para o Lula para prendê-lo, é isso? Ele não sabia! Isso é de uma puerilidade! Agora nós temos que fingir que João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, não trocou mensagens com o Paulo Okamoto e com a OAS combinando de debitar aquele triplex da conta da propina do PT nos contratos da Petrobras? Ou isso não aconteceu? Está documentado nos autos. Aliás, pobre João Vaccari, exerceu uma das profissões mais perigosas que é de ser tesoureiro do PT, se não me engano os últimos cinco estão presos. Mas tudo isso é uma grande injustiça da direita, é um golpe do Eduardo Cunha, que, aliás, está preso. Falaram no tal golpe parlamentar que eles diziam à época que fora comandado por Eduardo Cunha. Onde está Eduardo Cunha? Preso! A prisão do Cunha é justa, a prisão do fulano e do beltrano é justa, a do Sérgio Cabral é justa. A do Lula, não. Nós queremos que o Supremo Tribunal Federal negue o *habeas corpus* de Paulo Maluf, porque nós queremos que ele cumpra pena pelos atos que cometeu; queremos que Cunha cumpra pena pelos atos que cometeu; queremos que Aécio; o Temer, o Vice da Dilma, que foi amigo para ganhar a eleição. Para ganhar eleição era homem probo e honesto, para arrecadar dinheiro para a campanha, ele era um homem probo e honesto, quando pediu voto para a Dilma, ele era um homem corretíssimo, agora é um bandido. Queremos que cumpra a pena, junto com o Aécio,

junto com todos os outros, junto com o Maluf. E, por que não – e essa é a pergunta que o PT nunca consegue responder: por que não Lula? Tendo sido provado que roubou, tendo sido provado que é corrupto. Por que só Lula não poderia cumprir pena? E essa é a grande dificuldade ética do Partido dos Trabalhadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h01min)

* * * * *